

Universidade Gama Filho
POSEAD - Pós-Graduação à distância

Karla Bezerra Correia Arêdes

**MÍDIA: PONTE ENTRE O
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O
CIDADÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso

Brasília – DF
2010

Karla Bezerra Correia Arêdes

**MÍDIA: PONTE ENTRE O
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O
CIDADÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pós-Graduação à Distância da
Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para a obtenção
do grau de Especialização em Comunicação Pública.

Orientador: Rodrigo Sousa Queiroz

Brasília – DF
2010

Karla Bezerra Correia Arêdes

**MÍDIA: PONTE ENTRE O
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O
CIDADÃO**

Esse Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e aprovado para a
obtenção do grau de **Especialista em Comunicação Pública,**
da Pós-Graduação á Distância,
da Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro.

Brasília, DF ____ de _____ de 2010.

Prof. Evandro Tsufa Lepletier Guimarães
Administrador da Turma

BANCA EXAMINADORA

_____	_____
_____	_____

Dedico,

Em especial, ao meu criador, Deus, minha força e luz.

Aos meus amados pais e esposo, Marcos Venício, que sempre me estimularam.

A minhas queridas filhas, Taíssa, Tainá e Júlia pelo amor.

A Márcia Shultz de Oliveira, pelas palavras de sabedoria.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, a Deus por sempre me carregar no seu colo, colocar no meu caminho pessoas que foram verdadeiros anjos e, acima de tudo, por me amar incondicionalmente.

À minha família, pais, marido, filhos e irmãos, todos eles me incentivaram. Aos colegas e amigos do Superior Tribunal de Justiça, escolhidos por Deus, que me ajudaram nessa trajetória.

Aos demais amigos, pelas palavras de estímulo.

Ao orientador Rodrigo Souza Queiroz pelas informações dadas.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação.

A todos os que direta ou indiretamente
contribuíram para a realização
desta pesquisa.

“Toda sabedoria vem do Senhor, Deus, ela sempre esteve com ele. Ela Existe antes de todos os séculos. Quem pode contar os grãos de areia do mar, as gotas de chuva, os dias do tempo? Quem pode medir a altura do céu, a extensão da terra, a profundidade do abismo? Quem pode penetrar a sabedoria divina, anterior a tudo? A sabedoria foi criada antes de todas as coisas, a inteligência prudente existe antes dos séculos”.

Eclesiástico1, 1-4

Resumo

Este estudo pretende demonstrar o trabalho realizado pelo STJ – O Tribunal da Cidadania para apresentar à população as decisões mais relevantes ao cidadão. Serão abordadas as estratégias usadas pela Comunicação Social do STJ e as opiniões de magistrados, servidores, jornalistas e cidadãos sobre os aspectos que diminuem ou aumentam essa distância com a sociedade. Nesse contexto a mídia pode funcionar como uma tradutora da linguagem jurídica, ou seja, uma ponte entre o STJ e a população.

Palavras-chave: Poder Judiciário. Superior Tribunal de Justiça. Mídia. Comunicação Social.

Abstract

This document aims to show the work done by STJ– the Court of the Citizenship – you make the population actually know and understand the importance of the decisions to their life. The strategies used by Communication of the STJ will be described and also the opinions of prosecutors, servers, journalists and citizens about the aspects that contribute to low or high the distance between the Court and the society. In this context, the press can work as a translator of the court language, which means, a “bridge” between STJ and the population.

Key Words: Judicial Power, Superior Court of Justice. Legal Language. Social Communication.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. METODOLOGIA.....	12
3. OBJETIVOS.....	14
4. JUSTIFICATIVA.....	15
5. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	16
5.1 Histórico.....	16
5.2 Estrutura e funcionamento	17
5.3 Linguagem do Direito.....	19
6. COBERTURA JORNALÍSTICA NO STJ.....	21
6.1 Veículos externos	21
6.2 Linguagem da imprensa	23
7. STJ E A IMPRENSA.....	25
8. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO STJ.....	30
8.1 Estratégias de aproximação com a sociedade:	30
9. MEMORIAL DESCRITIVO.....	35
10. CONCLUSÃO.....	36
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	38
12. ANEXOS.....	40
12.1 Entrevistas degravadas.....	40
12.2 Pesquisa de Comunicação e Imagem do STJ.....	57

1. INTRODUÇÃO

O Superior Tribunal de Justiça Criado pela Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, foi uma grande novidade no Judiciário brasileiro. Com a missão de garantir à uniformidade as leis federais e dar a última palavra sobre os direitos dos cidadãos, o STJ precisava se aproximar da sociedade, ou seja, mostrar a importância de suas decisões na vida de cada brasileiro.

Há cerca de 10 anos, o STJ reconheceu-se como "Tribunal da Cidadania" e começou a intensificar um trabalho junto à imprensa para aproximar a instituição da sociedade. À época, a Assessoria de Imprensa criou vários produtos para que o cidadão pudesse ter acesso às decisões do Tribunal. Com o surgimento da internet, as notícias tiveram destaque no site do STJ. Foram criados, também, a intranet, o clipping digital e a distribuição eletrônica dos releases. Além de priorizar um bom atendimento à imprensa externa por meio de informações rápidas e corretas sobre as decisões do Tribunal.

A estrutura fechada dos tribunais representa um dos fatores que contribui para afastar a Justiça do povo, refletida na sua organização e na expressão de seus participantes. Mas, é a na linguagem jurídica que a barreira impede que o cidadão consiga entender a solução para o problema.

Esse comportamento reflete um Judiciário que não encontra mais espaço no contexto social atual. O fim do regime militar e a chegada da Nova República despertaram, na sociedade brasileira, o desejo do exercício da cidadania mediante a participação nas decisões políticas do país. Esse movimento levou à redefinição da gestão pública, que passa a ter novas formas de responsabilização dos agentes públicos por meio do controle dos resultados, ou seja, pela ação do cidadão participante sobre os serviços públicos, sobre o Estado. Assim, a população não exerce mais seu papel controlador apenas pelo voto, mas passa a aprovar ou não seus representantes durante todo o mandato. E, a fim de promover a aproximação entre sociedade e governo, os meios de comunicação, devido à influência que exercem sobre a população, transformam-se num instrumento essencial para que os cidadãos acompanhem os atos da gestão pública.

Nesse contexto, o Poder Judiciário não poderia se isolar na contramão dos anseios de uma sociedade mais participativa, indo de encontro às mudanças sociais que geraram maior conscientização do controle que os cidadãos podem exercer sobre as ações das autoridades para a conquista de seus direitos, de uma verdadeira cidadania.

Em vista dessas considerações, a intenção do trabalho é mostrar o papel que a imprensa exerce para que o STJ possa, efetivamente, ser mais transparente e acessível ao cidadão. Por isso é preciso demonstrar o funcionamento da comunicação do STJ com a mídia externa, como forma de explicitar a importância desse relacionamento para que as notícias cheguem ao cidadão. E, assim, ambos, cumpram o seu papel dentro da sociedade. O STJ, de julgar e o da imprensa, de informar.

A evolução histórica da comunicação social do STJ é tratada neste trabalho por ser peça fundamental no processo de aproximação com o cidadão, por meio da imprensa externa.

A pesquisa aborda, ainda, os resultados da Pesquisa de Avaliação de Imagem Institucional e Comunicação Social feita em 2006, que mostrou como o STJ, ainda, é desconhecido pela sociedade. Em contrapartida, profissionais dos meios jornalísticos e jurídicos avaliam os motivos desse resultado negativo, apesar do trabalho já realizado. E apresentam sugestões para diminuir essa distância entre o povo e a Justiça.

2. METODOLOGIA

Este é um trabalho de iniciação científica que segue a metodologia linear e prática, ou seja, a pesquisa foi estruturada e desenvolvida por meio da pesquisa de campo na qual as etapas se sucedem. Como bem define o professor William Costa Rodrigues.

É a observação dos fatos tal como ocorrem. Não permite isolar e controlar as variáveis, mas perceber e estudar as relações estabelecidas.

Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, conforme a definição de William Rodrigues.

Uma pesquisa descritiva, as informações obtidas não podem ser quantificáveis, os dados obtidos são analisados indutivamente, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Sendo assim, trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso na categoria de análise teórico-empírica a qual realiza consultas bibliográficas e experimento de campo para, posteriormente, proceder à análise interpretativa dos dados em torno do tema. Esse experimento é o que Sergio Forte classifica como apoio técnico nas pesquisas dentro das ciências sociais.

O Superior Tribunal de Justiça é o sujeito da pesquisa por representar o universo de referência da questão, como afirma Sérgio Henrique Arruda.

Sujeito é universo sobre o qual giram os tópicos do trabalho.

Dentro dessa linha teórica, o tema ou objeto escolhido trata das “Estratégias do Superior Tribunal de Justiça por meio dos veículos de comunicação, internos e externos, para aproximar a sociedade, nos últimos 10 anos”. Para comprovar essa hipótese, é preciso definir o caminho adequado por meio de trabalhos teóricos e empíricos, para que essa realidade seja conhecida e os objetivos alcançados.

A escolha do método obedece à natureza do tema que, no caso, está inserido nas Ciências Sociais, portanto requer uma análise interpretativa e descritiva dos fatos. O método analítico ou descritivo é o definido para essa questão. William Costa Rodrigues explica o sentido do método.

Nas ciências sociais o método pode ser conceituado como o procedimento que se segue para estabelecer o significado dos fatos e fenômenos para os quais se deve seguir para levar a cabo uma investigação... E para examinar detidamente os componentes de um todo, visando conhecer os fenômenos e fatos particulares que definiriam possíveis causas e natureza do problema. A análise tende a gerar sínteses dos desagregados, envolvendo um núcleo de estudos particulares.

Outro teórico do assunto, Sergio Forte completa que “as pesquisas descritivas determinam quando, quanto, onde e como um fenômeno ocorre e aceitam hipóteses”. Essa definição se encaixa com a proposta do presente trabalho.

Definido o método, no caso, o analítico, é preciso estabelecer as técnicas, pois um depende do outro. “O método é o caminho e a técnica é a maneira ou os instrumentos para percorrer esse caminho”. Nesse caso são utilizadas as técnicas de análise de conteúdo e as de coleta por meio de entrevistas, questionários, textos e documentos.

O trabalho se destaca pela objetividade, por isso a limitação de tempo nos últimos 10 anos; de espaço, no STJ e de público, jornalistas, magistrados e servidores. Esse posicionamento teórico é defendido por Takeshy Tachizawa e Gildásio Mendes.

É fundamental definir o número de categorias de indivíduos ou casos a que estudo pode se referir para que possa ter tema objetivo e preciso.

A escolha do tema sofreu influência da condição de ser servidora do STJ, além da leitura de livros, artigos, consulta a teses e monografias via internet ou nas bibliotecas. Para que as conclusões sejam alcançadas, o trabalho segue o conceito teórico de William Rodrigues no que se refere à comprovação das hipóteses.

É preciso sintetizar os resultados obtidos, evidenciar as conquistas alcançadas com o estudo e indicar as limitações e as reconsiderações.

3. OBJETIVOS

3.2. Objetivo Geral:

Revelar a importância da Comunicação Social do Superior Tribunal de Justiça: O Tribunal da Cidadania, para o processo de aproximação com a sociedade, nos últimos 10 anos.

3. 2. Objetivos específicos:

- Apresentar a estrutura, funcionamento e linguagem do Superior Tribunal de Justiça;
- Mostrar a cobertura jornalística no STJ feita pelos principais veículos de comunicação;
- Pesquisar as atuais estratégias de divulgação das notícias do Tribunal;
- Mostrar a evolução histórica da relação do STJ com a mídia;
- Expor os resultados da pesquisa de opinião sobre os serviços oferecidos pelo STJ à sociedade, feita em 2006;
- Sugerir estratégias de comunicação para o STJ.

4. JUSTIFICATIVA

É papel de o judiciário, e neste caso, o Superior Tribunal de Justiça, julgar os processos de forma correta, ágil e acessível. E esse trabalho deve ser divulgado a sociedade, ou seja, as pessoas precisam entender como as decisões podem interferir em suas vidas.

Assim, analisar como o “STJ- O Tribunal da Cidadania” busca estabelecer essa conexão com o cidadão, usando a imprensa é uma forma de aprimorar o trabalho já realizado pela comunicação do Tribunal. Mostrar que a linguagem rebuscada, conhecida popularmente, como “juridiquês”, precisa dar lugar a uma linguagem acessível.

Muitas pessoas, ainda, não conhecem o STJ, apesar de já haver um trabalho de divulgação mais de 10 anos. É fundamental esclarecer que se trata de um processo gradativo, começado em 1998, mas que ainda está em construção, feito pela comunicação do Tribunal, formada pelo rádio, TV e site. Além de estabelecer parceria com a imprensa para que as notícias cheguem, verdadeiramente, ao cidadão.

O Superior Tribunal de Justiça julgou mais de 300 mil processos em 2007, mas na Pesquisa de Avaliação de Imagem Institucional e Comunicação Social, foi revelado como desconhecido pela maior parte da população. Por isso, são apresentados depoimentos de magistrados, servidores, jornalistas e pessoas comuns que apresentam a sua avaliação ao distanciamento entre o STJ e a sociedade. Ao mesmo tempo, sugerem alternativas para que o problema seja solucionado ou, ao menos, diminuído.

Este trabalho é busca mostrar as estratégias usadas pelo STJ por meio da imprensa, para vencer a crise de legitimidade que o judiciário atravessa. Um problema que não se trata apenas de uma questão legal afirma o procurador Agapito Machado Júnior.

A legitimidade supera a simples noção de legalidade, pois o exercício do poder político através das funções legislativa, executiva e jurisdicional deve se dá de forma a ser acatada como válida pelo povo. Legitimidade tem relação não com a legalidade em si, mas com a aceitação popular.

Essa é a realidade do Poder Judiciário brasileiro, do qual o Superior Tribunal de Justiça faz parte, embora tenha buscado alternativas para superar a crise. São atividades como concepções modernas de gestão, construção de novos valores, adoção de procedimentos simples e racionais e, acima de tudo, o engajamento de todos os servidores e magistrados. Porém, para que tais iniciativas cheguem à sociedade, é fundamental o papel dos veículos de comunicação, internos e externos, que funciona como ponte entre o STJ e o cidadão

5. CONTEXTO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

5.1 Histórico

O Superior Tribunal de Justiça foi criado pela Constituição Federal de 1988 com o objetivo de desafogar o trabalho do Supremo Tribunal Federal. Para sua composição inicial, o texto da constituição democrática determinou o aproveitamento dos ministros que integravam o Tribunal Federal de Recursos, instalado no antigo Distrito Federal, em conformidade com o que estabelecia a Constituição de 1946. O Tribunal Federal de Recursos, extinto pela Constituição de 1988, foi substituído pelos cinco Tribunais Regionais Federais hoje existentes.

Com sede em Brasília, o STJ é o órgão de cúpula da justiça comum e atua em todo território nacional sobre as justiças Estaduais e Federais não especializadas — a justiça eleitoral e a justiça trabalhista são exemplos de justiças especializadas. Tem por missão “manter o controle da legalidade, garantindo à sociedade uma justiça célere, acessível e efetiva, além de zelar pela autoridade e uniformidade na interpretação e no cumprimento das normas infraconstitucionais”.

O STJ se intitulou “Tribunal da Cidadania” na gestão do presidente Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite (biênio 2000 a 2002). O Tribunal teve projetos destinados a aproximar o cidadão da justiça, são eles: Museu-Escola, que abre as portas aos estudantes das redes públicas e privadas de Brasília e entorno; Despertar Vocacional Jurídico, que oferece aos alunos de ensino médio oportunidade de conhecer a rotina profissional de ministros, advogados e servidores; e, Sociedade para Todas as Idades, que se destina a criar um vínculo com o público da terceira idade. Além disso, o Tribunal também possui o projeto Inclusão. A intenção é poder receber os portadores de necessidades especiais da melhor forma possível e promover uma adequada ambientação para servidores e estagiários com deficiência física para isso foram feitas adaptações na estrutura física do STJ. Todos esses projetos não só permanecem, como ampliaram o atendimento até hoje.

Atualmente, o STJ é presidido pelo ministro Cesar Asfor Rocha, que também, é o presidente do Conselho da Justiça Federal e corregedor do Nacional de Justiça. A instituição possui aproximadamente cinco mil funcionários, entre servidores, terceirizados e estagiários.

5.2. Estrutura e funcionamento

O Tribunal é composto por trinta e três ministros, divididos em Turmas, Seções, Corte Especial e Plenário. Os ministros são juízes, nomeados pelo presidente da República. A indicação é feita pelo Plenário do próprio STJ em sistema de lista tríplice que escolhe os nomes entre magistrados federais e estaduais, advogados e membros do Ministério Público Federal, estadual e do Distrito Federal, representando, desse modo, o panorama do Judiciário nacional.

Podem ser ministros do Superior Tribunal de Justiça os brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, conforme determina o texto constitucional. Um terço das vagas é preenchido por juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço é composto por desembargadores dos Tribunais de Justiça; o terço restante é reservado, em partes iguais, a advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios, alternadamente, desde que tenham mais de dez anos de efetiva atividade profissional e sejam indicados, em listas sêxtuplas, pelos seus órgãos de representação.

Os presidentes do STJ não são, portanto, administradores no sentido exato do termo. São profissionais do Direito, em sua maioria vindos da magistratura, que exerceram a função de ministro do Tribunal durante muito tempo e têm a responsabilidade de gerenciar o Tribunal por dois anos quando escolhidos para presidir o órgão. De acordo com os artigos 3º e 17º do Regimento Interno, o Presidente e o Vice-Presidente são eleitos pelo Plenário, dentre os seus membros. Considera-se eleito, em primeira votação, o ministro que obtiver a maioria absoluta dos votos dos membros do Tribunal. Em segunda votação, concorrerão somente os dois ministros mais votados no primeiro. Se nenhum reunir a maioria absoluta de sufrágios, será eleito o mais votado, ou o mais antigo, no caso de empate. Mas, na prática, existe uma espécie de acordo de cavalheiros que designa como presidente e vice-presidente, os dois ministros mais antigos do STJ.

As funções administrativas do Tribunal são exercidas pelo Plenário, integrado por todos os ministros. Ao Plenário, cabe dar posse aos membros do Tribunal, bem como ao Presidente, Vice-Presidente e membros do Conselho da Justiça Federal (órgão ligado ao STJ que efetua o controle orçamentário e a padronização de procedimentos no âmbito da justiça federal). Além disso, nas reuniões do Plenário são elaboradas as listas tríplices para escolha de novos membros e lá são feitas as deliberações sobre projetos de lei a serem submetidos ao Congresso Nacional.

As causas mais relevantes, envolvendo as autoridades mais graduadas, como governadores de Estado, desembargadores e membros de Tribunais, são processadas e julgadas pela Corte Especial.

A Primeira Seção é composta pelos dez ministros integrantes de duas Turmas, Primeira e Segunda. Ela cuida de matérias de direito público, como as que dizem respeito aos servidores, tanto estaduais quanto federais, desapropriações, etc.

A Segunda Seção é composta pelos dez ministros que integram a Terceira e a Quarta Turmas. Essa seção decide sobre matéria de direito privado, como contratos, família, sucessões e direito comercial.

Aos dez ministros da Terceira Seção, que integram a Quinta e Sexta Turmas, incumbe o julgamento das causas que envolvam matérias de direito penal, como “habeas-corpus” e, ainda, questões previdenciárias, mandados de segurança contra ministros de Estado e causas de direito público e privado não abrangidas pela competência da Primeira e Segunda Seção.

5.3. Linguagem do Direito

O amplo acesso à Justiça é um direito constitucional de todos, mas nem sempre é garantido. O Judiciário é um poder extremamente fechado, fato que distancia a maioria da população da Justiça, caracterizado pelos ritos judiciais, pela linguagem, pelo uso de vestes talares, que assemelham os magistrados a Deuses.

A teoria do direito natural objetivo parte da idéia de Deus como legislador supremo e afirma haver uma ordem jurídica natural criada por Ele, ordenando hierarquicamente os seres segundo sua perfeição e seu grau de poder, e determinando as obrigações de mando e obediência entre esses graus, em que o superior naturalmente comanda e subordina o inferior, o qual também naturalmente lhe deve obediência. (CHAUÍ, 1999, apud CARVALHO, 2005, p. 7).

E no STJ, a realidade não é diferente. A linguagem é técnica e rebuscada, consequência natural de todo um caminho cheio de exigências. Para ser ministro é preciso não apenas ser formado em Direito, mas também, ter notável saber jurídico e reputação ilibada. Para isso, os candidatos mergulham no mundo acadêmico e se transformam em mestres na área de Direito. É necessário que esse desconhecido universo linguístico seja desvendado, como defendeu Simone Aragão.

Não é de espantar que um jovem aos dezoito anos entre para a faculdade sem sequer saber o que significa a expressão *habeas-corpus* e saia de lá falando com a maior naturalidade os termos mais rebuscados da área. Ele passa a chamar seus antes “colegas de faculdade” de “pares”. O “cidadão que procura a justiça” vira “jurisdicionado”. E daí por diante.

Além disso, aos 35 anos de idade, quando entrar no STJ, eles já deverão ter, no mínimo, dez de carreira. Portanto já terão sido juízes, desembargadores, advogados ou integrantes do Ministério Público. É de se esperar que eles já estejam em um grau de conhecimento jurídico muito acima dos milhões de brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos, constitucionalmente, poderiam concorrer a uma vaga no STJ.

Na verdade a questão passa por um processo histórico e cultural difícil de ser rompido. O judiciário é marcado pelos estigmas de ser injusto, corrupto, lento, como consequências de um sistema conservador.

Mas, não há como dissociar a linguagem do Direito, pois na verdade essa ciência surgiu da necessidade dos seres humanos de se relacionarem harmonicamente. Segundo Freitas (2000, p. 11) o Direito só existe por causa das relações interpessoais, com suas linguagens e realidades diferentes. É a linguagem o meio que concretiza os pensamentos humanos. Ela surgiu como forma de manifestação da racionalidade e da expressividade humana.

O Direito nasce e concretiza-se, simultaneamente, em universalidade e imposição de padrões de conduta. O Direito é uma instituição eminentemente humana e, como tal, uma realidade da qual não poderia excluir-se a linguagem. (FREITAS, 2002, p. 10).

É preciso, continua Freitas, que haja uma adaptação da linguagem jurídica a situações diferentes: despojada e fria ou profunda e fundamentada. Para a autora, a

complexidade está inerente à linguagem, mas pode ser feita uma distinção entre a linguagem jurídica expressa nas leis e códigos e a das obras acadêmicas e doutrinárias.

Para outro especialista, Melo (2006), a linguagem jurídica apresenta especificidades técnicas como qualquer outra área, e, portanto, para serem entendidas precisam ser usadas as ferramentas adequadas.

A compreensão das leis, dos atos jurídicos ou de qualquer outra forma de expressão do Direito depende dessa linguagem própria que funciona como uma ferramenta para chegar ao conhecimento da matéria jurídica. É evidente que o Direito é ciência dotada de linguagem técnica e específica, com espaço de sentido e espaço estruturais autônomos.

Outro aspecto de distanciamento entre o Judiciário e sociedade é a referência de “doutor” feita aos operadores do direito, que só poderia ser feita as pessoas que já concluíram um curso de doutorado. Esse comportamento revela o sentimento de inferioridade dos cidadãos comuns em relação a advogados, juízes, desembargadores e procuradores.

Além disso, ainda, existe a questão da impeniência das instalações e o funcionamento complicado dos tribunais que reforçam essa barreira entre o cidadão e o STJ. Por todas essas razões, fica fácil compreender por que essa linguagem usada está tão arraigada, como se eles tivessem sido alfabetizados em “juridiquês”, forma popular de denominar a linguagem jurídica. Por isso, uma mudança nessa área requer disposição e disciplina dos magistrados, afirmou a servidora Simone Aragão.

Exige que eles façam um exercício de volta aos dezoito anos, quando eram cidadãos comuns. E, no lugar destes, percebam a distância que se abriu entre o estudante e o ministro. Essa seria uma das melhores maneiras para que eles admitissem a necessidade de simplificação da linguagem adotada no intuito de alcançar a população leiga.

Segundo Grizzuti(2006) as pessoas precisam entender as decisões judiciais, pois o Direito interfere diretamente em suas vidas.

[...] O Direito encontra-se na vida social e sua função é de regular as condutas que podem comprometer os interesses fundamentais e primários do homem: a vida, sua família, sua propriedade, sua integridade física. A suas necessidades biológicas e psicológicas.

Diante dessa realidade o Superior Tribunal de Justiça mudou a sua postura fechada e passou a desenvolver estratégias de comunicação para que as decisões possam chegar ao povo, de forma correta, clara e objetiva. É preciso dissociar a imagem do STJ de uma justiça cara, morosa, ineficiente, que não se envolve em questões sociais, mas ao contrário, revelar que as decisões vão de encontro aos anseios da sociedade.

6. COBERTURA JORNALÍSTICA NO STJ

6.1. Veículos externos

Os principais veículos que fazem a cobertura do Superior Tribunal de Justiça são aqueles setoristas que cobrem o Judiciário de forma geral: *o Correio Braziliense, o Jornal do Brasil, o Valor Econômico, Consultor Jurídico-Conjur, a Folha de São Paulo e o Estadão*. Além das Tevês e Rádios locais e de rede, como Globo e Record. Segundo informações de jornalistas, a cobertura se dá por meio da Comunicação Social do STJ, pois não há acesso direto aos ministros ou às decisões. Para alguns profissionais, essa situação é um ponto de distanciamento, para outros as informações concedidas apenas facilitam a compreensão das decisões, evitando possíveis erros.

A jornalista Layerce aprova a estratégia de divulgação feita pela Comunicação do STJ.

Hoje, todos os tribunais têm uma Assessoria de Imprensa que exerce um papel de ponte e consegue levar para a imprensa a informação já mastigada e traduzida. Eu acho muito importante o trabalho que a Assessoria de Imprensa do STJ realiza. Eles primam muito pela qualidade. A notícia só é liberada depois de ser oficial. Esse procedimento aperfeiçoa o trabalho e garante uma notícia correta ao cidadão. Parece ser cautela demais, mas não é. Porque, se uma decisão do STJ for interpretada errada, pode balançar até mercados. Essas coisas têm que ser divulgadas com muito cuidado.

Já a jornalista da TV Globo, Maria Filomena não compartilha da mesma opinião. Para ela a Assessoria de Comunicação limita o trabalho dos jornalistas, que seria muito melhor se houvesse o contato direto com as fontes, no caso, os ministros e neste caso a Assessoria de Imprensa.

A Assessoria tem acesso e faz a matéria, mas às vezes a gente precisa de um diferencial. Todos os jornais, tevês e rádios dão a matéria exatamente igual. Eu acho que, se o juiz desse esse acesso para você tirar as suas dúvidas, a matéria sairia melhor. É uma área difícil, mesmo para quem já está cobrindo há alguns anos. Eu não estou desmerecendo o trabalho da Assessoria de Imprensa, eu acho que eles fazem um bom trabalho. Mas esse acesso direto facilitaria muito mais o trabalho. Por que eu vejo que, no Supremo, a relação é completamente outra. Os ministros são mais acessíveis e as decisões estão ali na nossa mão. Já no STJ não tem isso, a gente faz tudo por meio da Assessoria.

Por outro lado, Regina Célia do Amaral, assessora de Comunicação do STJ, garante que a entrada nas sessões de julgamento é aberta ao público, somente a liberação de filmagem está condicionada à autorização por parte da Comunicação Social do STJ. Além disso, os julgamentos de interesse social ou econômico são monitorados e divulgados pelo *site* ou por telefone aos principais veículos.

Nós já tivemos um Comitê de Imprensa, mas não pegou. Alguns veículos fazem a cobertura diariamente no STJ, como O Valor Econômico, O Portal de Notícias da Globo-G1 e o Conjur. Os demais permanecem no Comitê de Imprensa do Supremo Tribunal Federal, apenas monitorando as notícias do STJ pela Agência e entrando em contato pelo telefone. Esses jornalistas só se deslocam para o STJ nas grandes coberturas sobre decisões de repercussão nacional ou até internacional.

Para Luís Orlando Carneiro, jornalista do Jornal do Brasil e setorista do Judiciário, inclusive do STJ, há quase 20 anos, a cobertura só é feita no local quando é um caso de grande repercussão. Luís Orlando chama a atenção para a distância temporal entre a data do julgamento e aquela em que é feita a matéria.

As coberturas são feitas praticamente *on line* pela Agência do STJ. A gente só se desloca quando é um caso muito importante. Então a cobertura feita pela Comunicação do STJ é boa no que diz respeito ao Plenário e às Seções. Agora, com relação às Turmas, eu acho deficiente. Acho que é um erro colocar uma decisão como se fosse *on line* sendo que o julgamento foi realizado dias anteriores. Seria necessário esclarecer isso na matéria. Notícias que ocorreram há dez ou mais dias parecem que foram naquele dia. E aí você fica naquela dúvida: Será que a notícia já saiu em algum lugar? Então, temos que ligar para a Assessoria e confirmar a data, porque nós não temos o contato direto com os ministros, como nós temos no Supremo já que são menos ministros e nós ficamos mais tempo aqui.

Já a assessora de Comunicação do STJ, Maria Deuza Lopes tem consciência de que o aproveitamento das matérias depende muito do interesse social ou econômico da decisão junto à sociedade.

A gente tem que saber que nem toda decisão vira manchete num jornal de grande circulação, mas ela pode circular sim num veículo especializado. Nós veículos de grande circulação nós sabemos, exatamente, o que emplaca e o que não emplaca. Tem que ser algo de repercussão, de interesse geral, ou de curiosidade, não se difere dos outros poderes. O material que emplaca na grande imprensa tem uma característica própria e isso nós sabemos.

6.2 Linguagem da imprensa

A linguagem jornalística é constituída de palavras, expressões e regras combinatórias que são possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal. (Nilson Lage)

A indústria da informação tem se autopromovido como isenta de conteúdos ideológicos e interesses particulares na divulgação das notícias. Os veículos de comunicação fornecem, teoricamente, o fiel relato dos acontecimentos por meio de uma linguagem objetiva e técnica aprimorada, que impede a linguagem tendenciosa. Segundo Fairclough, o discurso jornalístico garante a divulgação de informação capaz de refletir os fatos do mundo real, da maneira mais isenta possível, por meio do relato imparcial dos fatos jornalísticos. Para isso, existem os manuais de redação e estilo jornalísticos e livros técnicos de jornalismo, para descrever e difundir o modo pelo qual é feita a padronização dos elementos lingüísticos na imprensa.

Numa sociedade que visa ao esclarecimento como bem maior (ADORNO e HORKHEIMER, 1985), o poder sintetizador da informação pelos meios de comunicação de massa parece ser uma das saídas. À medida que os meios de comunicação se modificam para acompanhar o surgimento de alguma tecnologia no processo imediato de informação, são revistos antigos conceitos, e padrões de qualidade são reelaborados.

A busca do saber, da explicação das coisas se manifesta de várias formas. É possível perceber o aprimoramento das imagens e gráficos na imprensa, para concorrer com a informação diária, de extrema riqueza visual, na televisão e na internet. Esses avanços e a rapidez na notícia trouxeram para o jornal a necessidade de se renovar e se modernizar. Acompanhando o processo de modernização dos jornais no Brasil (cf. ARBEX JR., 1999), houve não só a divulgação, mas a comercialização das normas de estilo e redação jornalísticas por meio de manuais. Nesses, cria-se um imaginário sobre a função da notícia na vida social, reforçada pela necessidade que se instaurou desse bem de consumo.

Para Costalles (apud MEDINA, 1988, p. 68), “a missão do repórter é captar essa realidade com a maior amplitude e precisão possíveis e narrá-las com fidelidade, de tal forma que o leitor receba a mais cabal informação sobre o fato”. Os manuais hoje são, não apenas para os jornais, uma fonte de saber a língua, ou, pelo menos, de como escrevê-la. Aparecem como injunção para a produção de textos imparciais. Assim, forma-se mais uma evidência, a evidência de uma língua *transparente, autônoma*, uma vez que se fecha para um a-historicismo que permite a naturalização e a neutralização do texto noticioso – de sua seleção e produção.

Já Gallo (1995) observa o jornalismo (o jornal, o rádio, a revista, a televisão etc.) como uma das instituições produtoras do discurso escrito (da língua ideal, transparente). A escola apenas seria mantenedora desse discurso:

A escola não ensina esse discurso, exatamente porque esse discurso tem um lugar próprio para existir, um lugar sempre institucional que não é a escola. A escola é uma instituição de outro tipo, muito particular: a principal instituição 'mantenedora' do discurso escrito, e não uma instituição produtora. (p. 59)

O discurso no jornalismo noticioso da imprensa tenta afastar a *subjetividade* do jornalista para autorizar a *objetividade* da instituição jornalística, delega para a língua a possibilidade de transmitir *conteúdos* de modo neutro, ou seja, a informação não seria uma interpretação da imprensa aos fatos transformados em notícia, mas a *descrição* dos fatos reais pelos textos noticiosos. Segundo o Manual de Redação e Estilo do *Estado de S.Paulo* (MESP), o jornalista tem o papel mais importante dentro desse processo de produção.

O jornalista funciona como intermediário entre o fato ou fonte de informação do leitor. A missão do repórter é captar essa realidade com a maior amplitude e precisão possíveis e narrá-las com fidelidade, de tal forma que o leitor receba a mais cabal informação sobre o fato. Seja claro, preciso, direto, objetivo e conciso. Seja rigoroso na escolha das palavras do texto. Faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões. (MESP, 1990, p. 18).

Segundo o Manual do *Estado de S.Paulo*, o sonho dos atuais editores, ainda, é o mesmo que animava os jornalistas que estiveram com Euclides da Cunha, ou seja, tratar com idêntico zelo a verdade dos fatos e a língua portuguesa. É pelo estilo que o jornalismo encontra o caminho para racionalizar a informação na forma, no tempo e no espaço. Além de preservar a língua de deturpações, tais como um vocabulário de barbarismos, neologismos, gírias e outros vícios, que contrariam o papel educativo do jornalismo. E, por fim, o estilo estabelece o meio termo entre a linguagem literária e a falada.

No texto noticioso se busca a notícia, ou seja, o fato comprovado relevante e novo. Do ponto de vista técnico, a notícia é avaliada por seu conteúdo moral, ético ou político, o que importa é se de fato aconteceu aquilo. (LAGE, 1997, p. 21). Para o jornalismo, a subjetividade do profissional estaria na vontade e consciência dele. Mesmo sendo necessário manter a imagem neutra da imprensa e produzir textos objetivos, como defende Koch.

Os textos noticiosos estariam isentos de argumentação e de conteúdos ideológicos da imprensa, por meio das regras adotadas pelas redações dos jornais. Isso, segundo os manuais de redação e estilo jornalísticos, seria possível desde que o jornalista selecionasse bem as palavras, o estilo, a língua a ser usada, para que o texto se apresentasse objetivo, de tal sorte que o texto jornalístico faria parte de um mundo sem *tendências ideológicas*, pelo menos, no que tange à informação veiculada pela imprensa. A língua trataria *com zelo* a verdade dos fatos. Há, nesse discurso, um imaginário ético e estético da língua (*boa*: correta, precisa, transparente; *bela*: bonita, pura), efeito de um discurso de neutralidade, defendido por vários veículos de comunicação atuais. (KOCH, 1997).

7. STJ E A IMPRENSA

O Judiciário brasileiro e, no caso, o Superior Tribunal de Justiça passam por uma crise de legitimidade, exatamente por não oferecer uma prestação jurisdicional eficiente. Isso porque existe um desequilíbrio entre o número de ações ajuizadas (demandas) e o de processos julgados. Essa situação gera no cidadão a sensação de que a Justiça não está fazendo nada pelo seu problema.

Ressalte-se que os mais diversos assuntos têm chegado à esfera do Judiciário. Temas como direitos humanos, proteção ambiental ou crimes cometidos pela Internet, todos de interesse mais amplo e menos individual, ganharam força na Justiça em todo o mundo. E no Judiciário brasileiro não foi diferente. A demanda pela solução de conflitos nessas áreas impeliu os membros do Poder Judiciário a prestar declarações à sociedade sobre suas decisões, por meio da mídia.

Mas, para Sálvio de Figueiredo Teixeira, aposentado como ministro do Superior Tribunal de Justiça, em seu artigo “A Imprensa e o Judiciário”, essa aproximação não é uma tarefa apenas do Judiciário, mas também da Imprensa. É preciso haver mudança dos dois lados. Segundo o ministro, a forma como a mídia lida com esse Poder – não conhecendo seu funcionamento, produzindo notícias que muitas vezes distorcem sua imagem junto à sociedade – gera um descontentamento nos membros da Justiça.

O ministro Sálvio Teixeira reconhece que o problema está nas duas vias, já que o Judiciário também tem parte no seu distanciamento da Imprensa:

Não menos certo também é que, além da estrutura pesada, conservadora e hermética do Judiciário, nós magistrados, não raras vezes, contribuímos para o distanciamento em relação à Imprensa, quer por timidez excessiva, quer por prepotência ou despreparo, quer até mesmo ela retórica gongórica da linguagem judiciária, de que são exemplos expressões como :“inacolhe-se a exordial ab ovo”: “desatende-se o reclamo irresignatório”; “a irresignação lhe resultou inexitosa” [...] etc.

Tanto o ministro Marco Aurélio de Mello quanto o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira tocam num ponto comum que promove esse afastamento entre Judiciário, Imprensa e Sociedade: a falta de abertura por parte do Judiciário.

O desafio do Superior Tribunal de Justiça - o Tribunal da Cidadania é derrubar as barreiras para que o cidadão possa efetivamente se aproximar do Tribunal e entender as funções e atividades realizadas pelo STJ. Depois de um trabalho de 10 anos feito pela Comunicação do Tribunal com a mídia a sociedade, está mais consciente de seus direitos, portanto mais participativa. Os depoimentos de magistrados, de jornalistas que cobrem o judiciário, de servidores da comunicação e assessores de imprensa do STJ e pessoas comuns que avaliam a situação atual ressalta a importância da imprensa nesse processo de aproximação com o cidadão.

O servidor do STJ Viriato Santos Gaspar trabalhou na Comunicação do por 17 anos e participou das primeiras iniciativas de abertura do Tribunal à sociedade. Ele foi assessor de Imprensa entre os anos de 1997 a 2000. Para ele, o STJ está bem mais próximo do cidadão e da mídia.

Em minha opinião, as sementes, o concreto que nós plantamos lá trás virou uma grande árvore, um edifício vigoroso, porque hoje você tem uma página do STJ na internet que é acessado por milhões de pessoas por dia. É uma fonte contínua e diária. Então, eu acho que já se desmanchou aquela imagem do STJ ligada só aos gastos com a obra. Hoje quando se pensa no STJ se pensa no Tribunal da Cidadania. O Tribunal onde são tomadas decisões que refletem na vida cotidiana das pessoas. Eu acho que hoje a Comunicação Social do STJ faz um trabalho magnífico. E eu tenho a impressão que hoje a imagem que as pessoas têm do Tribunal, seguramente está longe daquela de quando eu fui Assessor. Naquela época, o trabalho foi realizado para que fossem destruídos os mitos em torno do STJ, coisas como: “cada ministro tem um elevador e uma copa”. A mídia só falava mal do Tribunal. E esse foi o trabalho que eu tenho consciência tranquila de ter realizado. Conseguimos mostrar a sociedade quem era de verdade o STJ e que a tal caixa preta nunca existiu.

Mas, contraditoriamente, a pesquisa de Avaliação Institucional e Comunicação do STJ realizada pelo Instituto Nexus em 2006 constatou que o Tribunal ainda é desconhecido pela maior parte da população. Para Viriato, o resultado é fruto de um problema econômico e cultural brasileiro.

Infelizmente, eu atribuo só a uma coisa. O nível cultural e intelectual do povo brasileiro é precaríssimo, pra não dizer inexistente. Eu tenho certeza de que a classe média e a alta conhecem o STJ. Mas para as classes mais baixas é muito difícil se interar dos fatos atuais. O acesso à informação é um direito básico, mas não é assim que acontece.

Opinião compartilhada pelo jornalista Irineu Tamanini, assessor de Imprensa no STJ de 2000 a 2002, que também apresenta outros motivos para o desconhecimento. Pela sua experiência e bom relacionamento com ministros e imprensa, foi o primeiro a estabelecer uma aproximação mais intensa com a sociedade por meio da mídia.

Olha, o trabalho foi iniciado e houve uma sequência. O problema é que o povão não lê jornal, lamentavelmente, não tem dinheiro pra comprar jornal. Ele confunde juiz com capa preta ou Supremo com STJ. Tudo é a mesma coisa. Além disso, uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, por ser a última instância, tem mais peso do que uma do STJ. Por isso fica tão difícil o trabalho de comunicação do STJ. Agora tem outro detalhe que eu quero frisar. Eu vejo todos os jornais, com editoria de moda, automobilismo, política, enfim todo tipo de editoria, mas você não vê uma editoria de judiciário. E na minha visão é um erro. Muitos jornais já têm o repórter setorizado, que tem o convívio o dia-a-dia com a notícia jurídica. Mas você não tem o editor, então a notícia chega à mão do editor que entende de moda, economia, política, mas não entende de uma decisão jurídica.

Já o jornalista Marcelo Cordeiro, que também foi assessor no STJ, de 2002 a 2004, atribui o resultado negativo dessa pesquisa à questão de conhecimento específico de cada área profissional, o que não cabe ao grande público conhecer.

Eu acho que não seria diferente o grande público ainda não conhece o STJ. Para o cidadão comum a pessoa perdeu a questão na primeira instância e o mérito será julgado na Segunda e depois na Terceira. Já a imprensa conhece melhor o trabalho feito nas três instâncias. Mas isso não é uma coisa que você consiga mudar da noite para o dia. Não sei como essa pesquisa foi focada. Hoje em dia, o povo tem muito mais afinidade com a justiça do que tinha há um tempo. Agora, o povão também não conhece medicina e uma série de outras coisas.

A idéia de que a imparcialidade do juiz está condicionada ao seu afastamento da sociedade, ou seja, que o juiz só fala nos autos, já não é seguida por vários ministros do STJ. Eles acreditam que a imprensa é o melhor caminho para se chegar ao cidadão.

Se nós tivéssemos ficado com a aquela velha história de que o juiz só fala nos autos, seria muito difícil o STJ ser conhecido pela sociedade. Porque as pessoas hoje sabem o que o Tribunal faz e como. Eu acho que se deixei alguma coisa durante a minha gestão foi exatamente essa relação com a mídia. A ponte entre o STJ e o cidadão por meio da mídia.
(ex-presidente do STJ ministro aposentado Paulo Costa Leite)

A imprensa é o canal que a sociedade tem de conhecimento da vida das instituições. E as instituições vivem em função da sociedade. Um dos exemplos é a TV Senado, TV Justiça, TV Câmara.
(ministro Benedito Domingos)

Eu vejo um relacionamento muito aberto entre o STJ e a imprensa. A imprensa é de um papel preponderante para a vida da sociedade. A justiça e a imprensa são irmãs do mesmo objetivo: dar a sociedade transparência em relação aos fatos. (ministro Humberto Martins)

Foi na presidência do ministro Paulo Costa Leite na presidência do STJ, de 2000 a 2002, que o Tribunal acelerou o processo de abertura à sociedade por meio dos veículos de comunicação internos e externos. Para Costa Leite, era preciso mudar a história do Judiciário.

A grande verdade é que o judiciário, ao longo de sua história, nunca teve assim uma grande relação com a mídia. E, quando eu assumi a presidência do STJ, eu percebi que, se nós quiséssemos aproximar o Tribunal da sociedade, era preciso ter um contato estreito com a imprensa.

Essa mudança na postura dos ministros é destacada pela jornalista Maria Del Carmen Tamanini. Para ela, os ministros estão mais abertos em sua postura profissional e proferem decisões mais contextualizadas com a realidade brasileira.

Os ministros estão acompanhando a transformação da sociedade e julgando de acordo com o caso, interpretando a lei. Não estão se deixando levar por recursos protelatórios, que fazem um processo rolar por 20 ou 30 anos, e a justiça não é feita. Eu acho que os novos ministros estão trazendo para o STJ o sentimento da sociedade.

A jornalista Layerce de Lima, que cobriu o Judiciário por 16 anos, garante que a mudança na maneira de os ministros enxergarem a imprensa e passarem a encará-la com uma aliada é mérito dos primeiros assessores de imprensa.

A gente tem que agradecer muito a alguns assessores de comunicação pioneiros que conseguiram convencer esses magistrados de que era preciso levar as informações à população para que as pessoas pudessem saber dos seus direitos. E a partir do momento que os ministros perceberam que a imprensa funcionava como uma prestadora de contas à sociedade, de como o Judiciário estava atuando, a coisa foi crescendo.

O advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira afirma que o Judiciário e a imprensa não sabem se falar e, por isso, não se entende. Ele ressalta o papel deficitário da imprensa nesse contexto.

O Judiciário é hoje o maior manancial de notícias para a imprensa. É por seus corredores que trafegam os problemas do dia-a-dia dos brasileiros e as grandes questões sociais da economia, dos negócios e da política. Mas há um problema: as relações entre a imprensa e a Justiça andam precárias. (FERREIRA apud ERDELYI, 2005, p. 1).

Segundo Ferreira, “a imprensa não tem boa vontade com o Judiciário e, por outro lado, o Judiciário não sabe se explicar”. Ainda na opinião de Ferreira, “a ausência de diálogo é culpa dos dois lados. Há entre eles um clima de desconfiança recíproca que aos poucos vai desaparecendo, mas em velocidade muito inferior àquela que seria conveniente”. (FERREIRA apud ERDELYI, 2005, p. 1).

O ex-presidente do STJ ministro aposentado Edson Vidigal também destacou a falta de relacionamento entre a mídia e os membros da Justiça, como um dos motivos da distância com o cidadão.

O repórter acha difícil falar com o juiz porque não entende a linguagem e corre o risco de divulgar informação incorreta. E, por sua vez, o juiz evita falar porque acha que o jornalista está sempre interessado em notícias negativas. A saída é derrubar o preconceito para que todos se entendam. Ele considera a linguagem jurídica como uma das causas do estranhamento na relação do Judiciário com a mídia e aponta a imprensa como o caminho para que a sociedade seja informada sobre o que a Justiça faz.

Para Vidigal, a Imprensa, ainda, está começando a descobrir a Justiça e deixando de procurá-la apenas para divulgar escândalos. E, segundo ele, os juízes precisam falar a mesma língua dos jornalistas e da sociedade, é preciso “desbabelizar” o Judiciário para que todos o entendam.

Temos [juízes] que falar simples. Temos [juízes] que ser exatos. [...] Publicidade significa transparência, significa o direito de todo o cidadão ser informado. Todo o cidadão tem o direito de saber o que seus agentes estão fazendo na Administração, e o Judiciário é um ramo da administração pública, é administração da Justiça, não é administração do Tribunal tão-somente, é administração do Direito.

Para a jornalista da TV Globo Maria Filomena, houve uma melhora da relação do STJ com a mídia, mas ainda está longe do ideal. Para ela, um dos fatores desse distanciamento é a limitação das informações aos releases oferecidos pela Comunicação Social do STJ.

Uma das formas de abertura seria esse acesso às decisões judiciais. A Assessoria tem acesso e faz a matéria, mas às vezes a gente precisa de um diferencial. Todos os jornais, TVs, e rádios dão a matéria exatamente igual. Eu acho que se nós tivéssemos acesso ao ministro ajudaria bastante. Se nós pudéssemos ter acesso ao voto e depois questionar alguns pontos com a própria fonte seria o ideal. Eu não estou desmerecendo o trabalho da Assessoria de Imprensa, eu acho que eles fazem um bom trabalho. Mas esse acesso direto facilitaria muito mais o trabalho.

Filomena aponta, também, o “juridiquês”, ou seja, a linguagem técnica usada pelos magistrados em suas decisões, como mais um aspecto que dificulta o entendimento e distancia o STJ da imprensa e, conseqüentemente, da sociedade.

Eu sei que a terminologia ou linguagem jurídica é própria do Direito, como em toda ciência. Mas eu acho que, para o Tribunal se tornar mais acessível, as decisões deveriam ser escritas numa linguagem mais próxima do coloquial,

O dito popular “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura” é a receita dada pelo jornalista do Jornal do Brasil Luís Orlando Carneiro para que o STJ seja realmente conhecido pela população. Luís Orlando acredita que o Tribunal mantém uma boa relação com a imprensa, mas ainda falta muito para que a sociedade se familiarize com o Tribunal.

Eu acho em linhas gerais que o STJ oferece um bom serviço, levando em conta que são 33 ministros, seis Turmas e três Seções. Ele está mais conhecido. Isso é um trabalho muito lento. Isso é tipo água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Por que até hoje jornalistas confundem Superior Tribunal de Justiça com Supremo Tribunal de Justiça. A gente não tem a perfeita noção da função do STJ.

Para o cidadão comum, o STJ ainda está muito distante de ser conhecido. O Tribunal precisaria ser mais divulgado por meio de campanhas. Além disso, poderia haver visitas para a população em geral. Essas foram algumas das respostas dadas por estudantes e trabalhadores sobre o relacionamento do STJ com a sociedade.

O povo tem medo. Acham que o STJ não é para o público, não é para o cidadão e por isso tem medo, por não saber qual a função do STJ. O Tribunal precisa ser mais divulgado, as pessoas precisam ser conscientizadas sobre as verdadeiras atribuições dele.
(Ana Carolina Noronha – estudante de jornalismo)

Eu via o STJ como algo muito obscuro. Eu não sabia o que viria a ser. Parecia ser um órgão do governo muito fechado. Uma cúpula, não tinha idéia. Hoje, para mim, é uma instituição bem transparente. Mas acho que teria que realizar mais visitas populares, não só de crianças, adolescentes e idosos.
(Roberto Fernandes – terceirizado do STJ)

Eu acredito que ainda tem muito a ser melhorado para que as informações cheguem de fato à população de uma forma mais acessível.
(Larissa Medeiros- estudante de Direito)

Os depoentes citados são unânimes em reconhecer a linguagem jurídica como um fosso a separar o Judiciário e a mídia. Percebe-se, com clareza, que ambos precisam mudar o comportamento para que não haja prejuízos à população. O Judiciário precisa abrir a “caixa preta”, facilitando a aproximação com a mídia. A Imprensa, por sua vez, deve abandonar o preconceito de que é difícil explicar o papel da Justiça e suas decisões e buscar compreender melhor o funcionamento desses órgãos. Somente dessa maneira, ela conseguirá fazer a ponte entre o Judiciário e a sociedade, carente de informações relativas a esse poder.

8. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO STJ

8.1. Estratégias de aproximação com a sociedade

Uma viagem pela história da Assessoria de Imprensa

O Superior Tribunal de Justiça só começa a perceber a necessidade de se comunicar com a sociedade por volta de 1996. Era preciso estar na mídia de forma positiva. O Tribunal sente a necessidade de revitalizar a comunicação. Nessa época, a Assessoria de Imprensa não produzia um material atraente à imprensa.

A então Assessoria de Comunicação Social tinha, na sua organização, uma Assessoria de Relações Públicas, que era responsável pelas ações de cerimonial, uma Assessoria de Relações Internacionais e uma de Imprensa. A Administração procurou nas demais áreas do Tribunal, servidores com formação em jornalismo para montar uma equipe capaz de produzir notícias sobre a instituição. Esse pessoal não tinha conhecimento de Direito e precisava acompanhar as sessões de julgamento, realizadas por dez colegiados, quais sejam, três Seções, seis Turmas e a Corte Especial. A tarefa se torna mais difícil num Tribunal com 33 ministros, que têm o mesmo grau de importância e devem receber a mesma atenção dada ao presidente, cuja administração dura dois anos. Como, nessa época, o STJ concluiu a construção de sua nova sede, e era preciso mostrar à sociedade que o Tribunal era mais do que um prédio que custou milhões aos cofres públicos, aspecto enfatizado, então, pela mídia, afirmou a assessora de Imprensa Maria Deuza Lopes.

O STJ só era conhecido porque tinha um prédio enorme, um prédio caro construído por Niemayer. Mais uma grande obra superfaturada, entre outros, isso era o que saía na mídia. Aos poucos, é que nós fomos emplacando com decisões super importantes. A sociedade e a imprensa descobriram o STJ aos poucos.

Em 1997, é inaugurado o site do STJ, que tinha uma página só para notícias. As matérias eram redigidas pela Assessoria de Imprensa e enviadas via fax para as redações diariamente, mas apenas à noite as notícias eram atualizadas na rede. Eram poucos os recursos tecnológicos, humanos e físicos naquela época.

O ano de 1998 era ano de mudança. A Comunicação Social passa ocupar um grande espaço no andar da presidência, a Assessoria passa a ter equipamentos de última geração e em número suficiente para todos os repórteres. Passa também a contar com um comitê de imprensa para recepcionar os jornalistas que viessem a fazer qualquer cobertura no Tribunal.

Começava-se a perceber a importância de capacitar os servidores para tal tarefa, condição fundamental para o crescimento da comunicação, como destaca Manuel Chaparro.

O discurso jornalístico caracteriza-se pela aptidão de incorporar e mediar os discursos dos vários protagonistas dos processos sociais. Isso faz do jornalismo um cenário de interlocuções macro-interlocuções, e uma linguagem organizadora de interesses em competição. São muitos os emissores com coisas a dizer, e todos têm direito a dizê-las. Alguns, os mais poderosos e os mais preparados, já se organizaram, têm as suas assessorias de imprensa e ocupam, cada vez mais, espaço, tempo e

energias da mídia, agindo deliberadamente como fonte, na geração de conteúdos jornalísticos. A qualidade das fontes é, pois, pré-requisito da qualidade do jornalismo, em todos os segmentos. E a profissionalização jornalística da Assessoria de Imprensa contribui ou pode contribuir decisivamente para qualificação das fontes, enquanto partícipes essenciais dos processos jornalísticos.

Foi nessa época que as notícias passaram ocupar a parte central do site. A inclusão de matérias era feita diretamente por um funcionário da Assessoria e não mais pela informática. A intranet também foi inaugurada nesse período e funciona até hoje com o mesmo modelo.

A Comunicação Interna também mudou. O jornal **Informe-se** era feito por uma jornalista em papel A4, frente e verso. Agora, seria voltado exclusivamente ao servidor e feito em papel A3. Chegou a ter doze páginas e periodicidade semanal, com dicas de saúde, português e de cultura.

E, para divulgar os assuntos institucionais, surgiu a revista **Mérito**, que era distribuída a magistrados e universidades no Brasil todo. Apresentava matérias mais detalhadas sobre as decisões mais importantes, reflexões sobre a necessidade de mudanças na legislação e artigos escritos pelos ministros. Tinha uma tiragem de cinco mil exemplares e ficava disponível na internet. Anos depois, foi extinta, mas mesmo assim muitos ainda a procuravam.

O Tribunal começou a aparecer mais na mídia, principalmente, no momento das grandes privatizações como Vale do Rio Doce, Telebrás, Companhia Siderúrgica Nacional e outras. O STJ ficou no “olho do furacão”, como afirma a assessora de imprensa, Maria Deuza Lopes.

A imprensa descobriu o STJ mais ou menos nesse período. O STJ era a última instância para resolver essas questões de grande importância, de caráter nacional e até internacional porque a privatização dessas empresas e desses setores da economia teve forte participação do capital estrangeiro.

Mas o STJ ainda não estava preparado para lidar com atenção pública. Ao contrário do Supremo Tribunal Federal, cujos integrantes são de escolha política do presidente da República, os magistrados no STJ são de carreira. E todos eles obedecem à Lei Orgânica da Magistratura Nacional – Lei complementar n. 35, de 14 de março de 1979, que proíbe a manifestação de juiz sobre um caso em julgamento.

Art. 36. É vedado ao magistrado:

(...)

III – manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos, ou sentenças, de órgãos judiciais ressalvados a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistrado.

A Assessoria conseguiu aos poucos mostrar aos ministros, dirigentes do Tribunal e servidores qual a sua função, ou seja, divulgar as informações de interesse à sociedade por meio da mídia, conforme destaca Marco Antônio de Carvalho Eid. O Tribunal criado pela Constituição Cidadã para dar a última palavra sobre os direitos recém-adquiridos precisava se aproximar do cidadão.

Inicia-se uma nova administração em 2000. O novo presidente, ministro Paulo Costa Leite, originário da Ordem dos Advogados do Brasil, tinha um perfil mais político e era forte defensor da aproximação com a imprensa. Como destacou:

Para que o STJ tivesse um contato estreito com a mídia era necessário montar uma boa estrutura de comunicação social no Tribunal. E o nome do Tamanini já estava na minha cabeça há muito tempo, desde que passei pelo TSE. Eu queria o Tamanini como chefe da minha equipe de Comunicação Social por ele ser altamente competente e por ter uma relação muito boa com a imprensa de modo geral. Tudo isso facilitou a relação com a imprensa e o STJ acabou sendo conhecido como Tribunal da Cidadania.

Então a Assessoria de Imprensa foi entregue a Irineu Tamanini, um jornalista experiente e com excelente trânsito no judiciário e na imprensa. Para o jornalista o trabalho realizado foi o fruto da união de todos os integrantes da comunicação à época.

Foi montada uma equipe de acordo com a orientação do ministro presidente Costa Leite. Esse trabalho foi feito durante dois anos, com um único intuito, o de levar a informação para o tribunal da cidadania para a cidadania brasileira. Esse trabalho envolveu vários jornalistas. Jornalistas que foram convidados para trabalhar no Tribunal pelo ministro Costa Leite, jornalistas que já estavam no STJ concursados, enfim, funcionários e equipe de apoio. Tudo funcionou de uma maneira muito correta.

Nesse período a visibilidade do site cresceu. Pessoas comuns, operadores do Direito, jornalistas, ministros, todos passaram a acessá-lo para saber as últimas decisões do STJ.

Nova gestão em 2002, quando entrava no ar a TV Justiça, assumiu o jornalista Marcelo Cordeiro como assessor de imprensa. A nova administração investiu na capacitação de seu quadro de jornalistas para que eles pudessem produzir matérias para a nova emissora, a qual começou suas transmissões em 11 de agosto, data em que se comemora o Dia do Advogado devido à instalação dos primeiros cursos jurídicos no Brasil. Além disso, a intenção era mostrar realmente como funcionava o STJ, conforme ressaltou Marcelo:

A gente tentou mostrar um pouco das dificuldades do STJ. Como funcionava o STJ. Nós trabalhamos muito para fazer com que a imprensa checasse antes a informação e não colocasse qualquer coisa, às vezes, até de forma leviana. A gente trabalhou também, internamente, para mostrar aos ministros que aquela história de só falar nos autos”precisava mudar. Porque, e o ministro não der nenhum tipo de informação, outro lado vai passar, ou seja, os advogados, as partes.

Os investimentos na área foram intensos e, ao final dessa gestão, foram instalados dois estúdios: um de rádio e outro de TV. Eles vinham ampliar a proposta de dar maior visibilidade à instituição. O então presidente assumiu tal compromisso com o apresentador Walter Lima com a transmissão ao vivo no programa “Tarde Nacional”, da Rádio Nacional, que é veiculado para o Brasil e exterior. Na época, o ministro afirmou que aquele era um compromisso firmado a fim de abrir o STJ à sociedade e dar publicidade às suas decisões.

Começava-se a perceber uma mudança comportamental nos ministros. Alguns deles, durante os julgamentos, permaneciam com seus *notebooks* ligados e com a página de notícias aberta, para observarem as matérias que iam sendo inseridas no site. A importância do trabalho revela-se no fato de que um ministro chegou a usar um release como paradigma num julgamento.

Em 2004, a Assessoria de Comunicação Social do Superior Tribunal de Justiça dividiu-se em uma área administrativa e uma Assessoria de Imprensa vinculada ao presidente, esta com uma estrutura muito menor. A intenção era que houvesse cobertura total do Tribunal e suas decisões e do presidente e suas funções, mais político-administrativas.

A Assessoria de Comunicação era formada por cinco núcleos: Editoria e Imprensa, Rádio, TV, Programação Visual e Cultural. Ela era chefiada por um assessor, que exercia o poder de forma descentralizada com a coordenação específica em cada um desses núcleos. O Tribunal contava também com uma ouvidoria, não vinculada à comunicação, mas que funcionava como um medidor de satisfação do público externo, com atendimento *tool free*(0800), e mail e cartas.

O Núcleo de Editoria e Imprensa era o principal referencial para os jornalistas. Era responsável pelo atendimento à imprensa em geral; pelo acompanhamento diário das decisões jurídicas e administrativas tomadas nas turmas, seções, corte especial e plenário do STJ; pela elaboração de *releases* diários, enviados por um sistema automático de fax e disponíveis no link “notícias” tanto na internet, quanto na intranet; e pelo acompanhamento permanente junto à presidência do tribunal, inclusive com um jornalista responsável pela edição das chamadas “Cartas do Presidente”, à disposição na página de abertura da internet na época. O Núcleo de Editoria e Imprensa produzia, então, 16 matérias por dia, entre notícias institucionais e as de maior interesse público, isto é as oriundas dos julgamentos do Tribunal.

Este núcleo possuía mais três ramificações: o *Clipping*, a Comunicação Interna e a Revista. O *Clipping* efetuado de modo eletrônico desde 2003 e ainda acessível na intranet do Tribunal. Havia a versão impressa, entregue apenas aos dirigentes estratégicos e ministros. A Comunicação Interna administrava a intranet do STJ na seção de notícias internas, produzia o jornal interno “Informe-se”, dirigido para o público interno, acompanhava e divulgava os eventos institucionais, além de coordenar e alimentar o jornal mural, instalado em oito pontos estratégicos do Tribunal. A Revista tinha seu foco voltado para a produção trimestral de uma publicação, a Revista Mérito. O projeto original foi realizado na gestão do presidente Antônio de Pádua Ribeiro (biênio 1998 a 2000). No biênio seguinte, a iniciativa foi abortada. Houve uma tentativa de recuperar a circulação da revista em 2003, mas ela apenas foi reformulada a partir de 2004. Na primeira versão trazia matérias aprofundadas sobre temas de relevância para o Judiciário e tinha como público-alvo os profissionais do direito. Em 2004, a intenção era abordar temas envolvendo “tribunal x sociedade”.

O Núcleo de Rádio divulgava, e ainda o faz, informações institucionais e as decisões jurídicas em três formatos: no sistema de som interno do Tribunal, no acesso digital pela intranet e, posteriormente, na internet. As matérias são divulgadas na Rádio Justiça e na Voz do Brasil.

O Núcleo de TV foi oficialmente inaugurado em março de 2004, mas já existia de modo informal desde meados de 2002. Com a criação da TV Justiça em 2002, o STJ se

uniu ao projeto do Conselho da Justiça Federal (CJF), órgão de administração financeira da Justiça Federal gerido pelo STJ. O CJF, o STJ e os cinco Tribunais Regionais Federais começaram a produzir um programa específico para ajudar o cidadão brasileiro a compreender a justiça: o Via Legal. Em meados de 2003, o STJ saiu desse projeto e se voltou para a divulgação das decisões jurídicas do tribunal no Jornal da Justiça, com uma equipe de TV terceirizada e servidores do Tribunal. Em 2004, o Tribunal passou a produzir documentários institucionais e a desenvolver um jornal semanal, o *Visão Geral*, com notícias das principais decisões do STJ que era transmitido via intranet, internet e pela TV Justiça.

O Núcleo de Programação Visual era responsável pelo *design* de toda campanha, marca ou projeto gráfico do STJ, da logomarca e do crachá usado por funcionários e visitantes a *folders* e cartazes.

O Núcleo Cultural passou a ser vinculado à comunicação nessa gestão. O STJ teve um espaço específico destinado à divulgação de exposições, lançamento de livros, encontros com artistas, recepção de visitantes etc. Esse núcleo desenvolvia projetos para aproximar o cidadão do Tribunal, tais como: o *Museu-Escola* (visitação de alunos de 1º grau para compreender o que faz a justiça), *Despertar Vocacional Jurídico* (visitação de alunos de 2º grau para aprender sobre o funcionamento do Judiciário, mostrando o trabalho feito no STJ por ministros, advogados etc.) *Sociedade para todas as idades* (inserção de pessoas da terceira idade com palestras sobre temas ligados à realidade deles e um *tour* pelo tribunal) e o projeto *Inclusão* (responsável pela reestruturação dos produtos e do espaço físico do Tribunal para receber os portadores de necessidades especiais da melhor forma possível).

Hoje a comunicação é vista como estratégica. A nova gestão começou em 2008 e vai até 2010, com o ministro Cesar Asfor Rocha. O presidente veio da OAB e acredita na mídia como o caminho para alcançar o cidadão.

A Assessoria de Imprensa foi elevada ao patamar de Secretaria de Comunicação Social ligada diretamente à Presidência da instituição e é desenvolvida pela Coordenadoria de Editoria e Imprensa. Todos os antigos núcleos (televisão, Rádio e Programação Visual) também subiram ao nível de coordenadoria. O site passou por reformulação, mas as notícias continuam sendo um dos destaques.

A intensidade da cobertura jornalística e como é organizada a Comunicação Social do STJ varia de gestão para gestão. No entanto, a cobertura dos fatos jurídicos, dos julgamentos independe do perfil do presidente. A administração percebeu que o STJ precisa ser verdadeiramente reconhecido como o “Tribunal da Cidadania”, ou seja, como modelo na garantia de uma justiça acessível, rápida e efetiva.

9. MEMORIAL DESCRITIVO

Este trabalho teve origem na produção de notícias para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Durante as entrevistas com os magistrados e conversas com jornalistas do quadro e de outros veículos de comunicação, verificou-se que existia uma grande preocupação de ambos os lados em aproximar o cidadão das decisões do Tribunal. O slogan “Tribunal da cidadania”, atribuído ao STJ há cerca de 10 anos, trouxe mudanças na produção e divulgação das notícias, para melhorar o relacionamento com a mídia.

Por outro lado, na apuração das matérias foi constatado que a linguagem dos magistrados ainda é difícil para a maior parte da população. O denominado “juridiquês” está na contramão do “Tribunal da Cidadania”, mesmo depois de as expressões mais desconhecidas serem transformadas em notícias pelos produtos da comunicação social (rádio, TV, site e clipping e distribuição de releases eletrônicos).

A partir daí, foi iniciada uma pesquisa informal por meio de entrevistas a magistrados e pessoas envolvidas nas atividades jurídicas do STJ, jornalistas e cidadãos. A intenção era traçar a evolução histórica da relação imprensa, STJ e cidadão. Além de mostrar o funcionamento da cobertura jornalística e dos julgamentos no STJ. E, apesar das diferenças confirmadas, existe uma busca constante para encontrar um ponto de equilíbrio no qual o cidadão seja o maior vencedor.

Ao mesmo tempo, foi iniciada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Entre os trabalhos consultados, destacam-se as pesquisas feitas pelas servidoras do STJ desde a sua criação Simone de Souza Correia Aragão e Regina Célia do Amaral dos Santos. A pesquisa de Avaliação da Imagem Institucional e Comunicação Social do STJ feita pelo Instituto Nexus, em 2006, serviu de base para os questionamentos com os entrevistados.

10. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou colher opiniões sobre as estratégias de comunicação usadas pelo Superior Tribunal da Cidadania – o Tribunal da Cidadania – para aproximar-se da sociedade nos últimos 10 anos.

O primeiro aspecto percebido na pesquisa mostrou que um dos fatores de afastamento entre o cidadão e o STJ é a linguagem presente nas decisões, ou seja, o “juridiquês”. Os ministros entrevistados reconheceram o problema e garantiram que a linguagem utilizada no universo do Direito, apesar de formal e dos termos técnicos de difícil compreensão para os leigos, é um fenômeno inevitável da ciência jurídica. Apesar disso, alguns ministros já buscam elaborar decisões mais claras e acessíveis.

Por outro lado, magistrados e jornalistas concordaram que a responsabilidade pelo fosso entre Judiciário e sociedade é a baixa escolaridade da população, o despreparo da imprensa quanto aos temas jurídicos e a utilização das expressões em latim pelos magistrados, o que, segundo eles, complica o entendimento das decisões da Justiça. Para tentar reverter esse quadro, é preciso que a população busque mais conhecimento, que a imprensa se especialize na linguagem jurídica e que os magistrados utilizem menos expressões em latim, abrindo mão do tecnicismo.

Outro aspecto discutido referiu-se ao papel da imprensa como ponte entre o STJ e a sociedade. Os ministros entrevistados reconheceram a importância da mídia para que as decisões cheguem ao cidadão de forma correta e clara. Eles admitiram que o juiz não pode mais ficar fechado, é preciso tirar as dúvidas dos jornalistas sobre os processos decididos no STJ. Esse elemento pode dar maior clareza e transparência ao público sobre as decisões, ou seja, é uma forma de prestar contas à sociedade do trabalho realizado pelo Tribunal da Cidadania. Porém, muito ainda precisa ser feito, como foi relatado por alguns jornalistas. Esse é um processo lento que se refere a mudanças culturais e estruturais.

Lembrando o pensamento de Carvalho (2005) de que o afastamento vai além da questão da linguagem técnica, sendo causado também pelo comportamento dos profissionais do Direito e da população em geral, que reconhece o universo jurídico como um poder especial que se mantém distante da realidade popular. Por isso, as mudanças mais profundas devem acontecer na Justiça e na sociedade para que ambas consigam se entender.

No STJ, a resposta aos anseios da população por uma justiça que seja a “guardiã” dos direitos constitucionais, foi a criação do Núcleo de Rádio e TV que funciona como um canal de comunicação com os cidadãos.

Jornalistas que estão ou já passaram pelo STJ declararam que os ministros têm consciência do trabalho feito pela imprensa para que os direitos dos cidadãos sejam divulgados. Os meios de comunicação de massa, como rádio e TV, são fundamentais para promover a humanização dos magistrados. Os depoimentos tornaram claro que são os ministros as melhores fontes para explicar com clareza as decisões, por terem profundo conhecimento dos termos técnicos, sendo capazes de traduzi-los. A mídia,

também, é um instrumento de maior transparência dos atos do Judiciário, além de permitir maior fiscalização da sociedade sobre a atuação dos magistrados.

Por outro lado, a mídia ressen-te-se de não ter efetivamente esse contato “direto” com os ministros. Para alguns jornalistas, é como os servidores assumissem o papel de proteger a figura do ser que deve ser reverenciado e não incomodado; aquele hierarquicamente instituído por Deus (CHAUÍ, 1999, apud CARVALHO, 2005, p. 7).

Apesar do trabalho de divulgação do STJ e de aproximação com a sociedade ter começado em 1998, os ministros ainda precisam estreitar relações com os meios de comunicação, a fim de promover uma aproximação com a sociedade, abrindo um canal de comunicação acessível à compreensão do povo brasileiro. Transpor a linguagem jurídica para o plano da linguagem coloquial passa a ser um dos maiores desafios não só dos ministros do STJ, mas também de todos os profissionais de comunicação no âmbito do Judiciário brasileiro. A tradução do “juridiquês” seria uma das principais chaves para a abertura de um poder fechado, arcaico e inacessível aos cidadãos comuns. Estrutura que, comparada a uma “caixa preta”, não encontra mais lugar numa sociedade moderna e globalizada, que demanda informações rápidas e de fácil compreensão.

Entretanto essa linguagem clara depende do empenho dos ministros em transformar o STJ num palco democrático, como afirmou o presidente, ministro Cesar Asfor Rocha.

Nós devemos abolir as formalidades processuais e tratar objetivamente do processo com a convicção de que dentro dos autos habita uma vida e esperanças de quem postula uma causa. As pessoas precisam ver os resultados de seus processos dentro de um tempo plausível, para que o judiciário não caia no descrédito da população.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, Simone de Souza Correia. Linguagem Clara: uma questão de Justiça – os ministros do STJ na TV, MBA- Gestão da Comunicação nas Organizações, Brasília, 2007.

BARBEIRO, Heródoto, DE LIMA, Paulo Rodolfo. Manual de Radiojornalismo. São Paulo: Campus, 2001.

BESPALHOK, Flávia Lúcia Bazan. Reportagem Radiofônica: as possibilidades do vivo e diferido na construção de um rádio informativo diferenciado. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006, Brasília. Intercom. 2006- Anais Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

BESPALHOK, Flávia Lúcia Bazan. A experiência da Emissora Continental na construção da história do radiojornalismo Brasileiro. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro, Intercom. 2005- Anais Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. Sociologia da Comunicação. São Paulo: Loyola, 2002. p. 17 - 26

BRANDÃO, Elizabeth Pazito; SILVA, Luiz Martins. MATOS, Heloiza. Comunicação Pública. XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, 1998.

CÉSAR, Cyro. Rádio - Inspiração, Transpiração e Emoção. São Paulo, IBRASA, 1999.

DUARTE, Jorge; VERAS, Luciara (Org). Glossário de Comunicação Pública. Brasília: Casa das Musas, 2006 (no prelo).

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.) Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. 380p.

ERDELYI, Maria Fernanda. O direito da comunicação: judiciário e imprensa mal se Estados Unidos. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005.

FELICE, Mauro de. Jornalismo de rádio. Brasília, Thesaurus Editora, 1981.

FERRARETO, Luiz Artur. Rádio no ar: história e a técnica. Porto Alegre, Sagra, 2000.

INSTITUTO NEXUS. Avaliação de Imagem Institucional e Comunicação Social: Relatório estatístico e analítico da população brasileira. Belo Horizonte, Editora Nexus, 2006.

JUNG, Milton. Jornalismo de Rádio. São Paulo: Contexto, 2004.

LAGE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo, Editora Ática, 2000.

LEMOS, Cláudia. Estratégias de comunicação da Justiça no Brasil e nos Estados Unidos. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005.

LIMA, Edvaldo Pereira. O que é livro-reportagem, São Paulo, Editora Braziliense, 1995.

MCLEISH, Robert. Produção de Rádio. São Paulo, Summus, 2001.

MEDINA, Cremilda. Notícia: um produto à venda. São Paulo, Summus, 1978.

MEDITSCH, Eduardo. Rádio e Pânico: a Guerra dos Mundos, Florianópolis, Insular, 1998.

MOREIRA, Sonia Virgínia; BIANCO, Nélia R. Del. Desafios do rádio no século XXI, São Paulo, INTERCOM, Rio de Janeiro, UERJ, 2001.

MOREIRA, Sonia Virgínia; BIANCO, Nélia R. Del. Rádio no Brasil: Tendências a perspectivas. Rio de Janeiro, Editora VERT, Brasília-DF, UNB, 1999.

MUNIZ, Sodrê; FERRARI, Maria Helena. Técnicas de reportagem: Notas sobre a narrativa jornalística, Coleção novas buscas em Comunicação, 1986.

ORTIZ, Miguel Angel, MARCLAMALO, Jesus. Técnicas de Comunicação pelo rádio: A prática radiofônica, São Paulo, Editora Loyola, 2005

PORCHAT, Maria Elisa. Manual de Radiojornalismo da Jovem Pan. São Paulo: Ática, 1993.

PRADO, Emílio. Estrutura da informação radiofônica, Coleção novas buscas em Comunicação, Editora: Summus, 2ª edição, São Paulo, 1989, 101p.

RIBEIRO, José Hamilton. Jornalistas 37 a 97, São Paulo, Editora Summus, 1998.

ROCHA, Álvaro Filipe Oxley. Direito e Jornalismo: uma convivência difícil, Revista Ajuris, Porto Alegre, 2004.

SANTOS, Regina Célia Amaral dos. No mundo on-line, um novo tipo de mediação, MBA-Gestão da Comunicação nas Organizações, Brasília, 2007.

SEIFERT, Priscila Leal. Jornalismo, Justiça e Verdade. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 25, 2002, Salvador.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. A imprensa e o Judiciário. Fórum Nacional, 2006.

12. ANEXOS

12.1 Entrevistas gravadas

Maria Filomena da Silva – TV Globo

1. A opinião sobre a importância de uma boa relação com a mídia para que o STJ possa se aproximar do povo?

Eu acho que o acesso à justiça passa necessariamente pela Justiça. Somos nós que levamos as informações para o telespectador ou ouvinte. É evidente que não temos acesso às decisões que correm em segredo de justiça. E no STJ, a gente só tem os *releases* por meio da Assessoria de Imprensa. Acho que o STJ é um Tribunal mais fechado do que o Supremo Tribunal Federal.

2. O que você acha que deveria ser feito para que o Tribunal pudesse ser mais aberto e ficar mais próximo do cidadão?

Uma das formas de abertura seria esse acesso às decisões judiciais. A Assessoria tem acesso e faz a matéria, mas às vezes a gente precisa de um diferencial. Todos os jornais, TVs, e rádios dão a matéria exatamente igual.

Outro aspecto é a linguagem. Eu sei que a terminologia ou linguagem jurídica é própria do Direito, como em toda ciência. Mas, eu acho que para o Tribunal se tornar mais acessível, as decisões deveriam ser escritas numa linguagem mais próxima do coloquial. É lógico que o juiz não vai usar palavras “chulas”, e nem trocar termos técnicos, mas acho ser possível escrever de forma mais clara. A linguagem jurídica usa palavras que até já caíram em desuso, você vai ao dicionário e não consegue achar porque elas não são usadas mais. Muitas vezes ao traduzir uma decisão judicial, a gente termina errando porque não tem alguém para dizer as consequências daquela decisão. Eu acho que se o juiz desse esse acesso para você tirar as suas dúvidas a matéria sairia melhor. É uma área difícil, mesmo pra quem já está cobrindo há alguns anos. Eu acho que se nós tivéssemos esse acesso ao ministro ajudaria bastante. Se nós pudéssemos ter acesso ao voto e depois questionar alguns pontos com a própria fonte seria o ideal. Eu não estou desmerecendo o trabalho da Assessoria de Imprensa, eu acho que eles fazem um bom trabalho. Mas esse acesso direto facilitaria muito mais o trabalho. Por que eu vejo que no Supremo a relação é completamente outra. Os ministros são mais acessíveis e as decisões estão ali na nossa mão. Já no STJ não tem isso, a gente faz tudo por meio da Assessoria.

Com relação à suposta caixa preta do judiciário, eu acho que melhorou com chegada da TV Justiça as coisas tornaram-se mais transparentes. Mas, por outro lado, tudo que é revelado é porque há interesse que seja. Então, ainda, falta muito para que essa caixinha seja, realmente, aberta.

Luis Orlando - Jornal do Brasil

O STJ é um Tribunal mais complicado porque tem que lidar com 33 ministros. São três Seções e seis Turmas, além do Plenário. As coberturas são feitas praticamente *on line* pela Agência do STJ. A gente só se desloca quando é um caso muito importante. Então a cobertura feita pela Comunicação do STJ é boa no que diz respeito ao Plenário e as Seções. Agora com relação às Turmas eu acho deficiente. Acho que é um erro colocar uma decisão como se fosse *on line* sendo que o julgamento foi realizado dias anteriores. Seria necessário esclarecer isso na matéria. Notícias que ocorreram há dez ou mais dias parecem que foram naquele dia.

1. Relação com a mídia dentro do processo de aproximação com a sociedade

Ele está mais conhecido. Isso é um trabalho muito lento. Isso é tipo água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Por que até hoje jornalistas confundem Superior Tribunal de Justiça com Supremo Tribunal de Justiça. A gente não tem a perfeita noção da função do STJ, ou seja, aquele que resolve os grandes conflitos federativos. O pessoal não tem essa idéia. Os leitores acompanham somente os recursos. Eu acho que ainda falta muito para que a opinião pública tome conhecimento melhor da importância do STJ.

2. Resultado da pesquisa negativo. Sugestões.

Eu volto aquele dito popular “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. As pessoas confundem até hoje instâncias com entrâncias. Como explicar para as pessoas comuns termos tão complexos. Eu acho que é uma coisa que leva tempo. Acho que o caminho é fazer, o que vocês já fazem, matérias mais didáticas, explicando os termos jurídicos e isso tem que ser feito aos poucos. Mas eu acho em linhas gerais que o STJ oferece um bom serviço, levando em conta que são 33 ministros, seis Turmas e três Seções. E reforço, nas notícias devem ser colocadas a data do julgamento para não dar a impressão de que foi naquele dia. E aí você fica naquela dúvida: “Será que a notícia já saiu em algum lugar?” Então temos que ligar para a Assessoria e confirmar a data, porque nós não temos o contato direto com os ministros, como nós temos no Supremo que são menos ministros e nós ficamos mais tempo aqui. É claro que tenho acesso a alguns ministros, mas não a todos. Aliás, eu sinto que até vocês não têm acesso a todos os ministros como seria o ideal.

Servidora e Assessora do STJ desde 1998 - Maria Deuza Lopes

1. Assessoria de Imprensa há 10 anos.

A comunicação no STJ há 10 anos era muito amadora, somente em 1998 é que o STJ montou o embrião do que temos hoje, com a Agência. Eu costumo dizer que o STJ tem uma agência, pois é regular, alimenta os veículos de comunicação diariamente.

Em 1998, na gestão do ministro Pádua Ribeiro, foi criado o que chamamos hoje de Agência, com notícias quase diárias. Não existia a organização e a produção de hoje. Tínhamos poucos funcionários sem o treinamento e conhecimentos necessários, mas com muita boa vontade. E mesmo assim nasceu. O ministro Pádua já pensava no veículo TV,

quando falava da existência da TV Justiça, ele já falava no rádio no Judiciário quando não havia a idéia da Rádio Justiça e tínhamos a agência. Era unicamente a agência e os produtos internos. Ele já via um pouco adiante, o que o Judiciário só viria a ter em 2003, com a inauguração tanto da TV quanto da Rádio Justiça.

Então foi assim, há 10 anos, tínhamos pouquíssimos profissionais, que entendiam muito pouco das decisões judiciais do tribunal. E, na verdade, o que era noticiado era o mais fácil de compreender, sem muito critério, sem muito equilíbrio na divulgação: muito direito penal ou administrativo, ou eram decisões do presidente. A nossa preocupação era termos uma ou duas inserções por dia no *site*. As preocupações eram outras, muito focadas no presidente, por vezes nas viagens. Tínhamos uma vaga idéia do que fazer para tornar o STJ conhecido, porque o STJ é um adolescente e, naquela época, era uma criança e uma criança pouquíssima conhecida. Todos achavam que STJ e STF era mais ou menos a mesma coisa e fazia a mesma coisa, inclusive a grande imprensa.

Apesar dessas dificuldades, a comunicação foi se ampliando por necessidade, por demanda externa. Eu acho que a comunicação do STJ cresceu muito por conta das demandas externas. Havia realmente a cobrança junto aos ministros de mostrar o que era o STJ, de abrir o STJ, porque, quando o Tribunal nasceu, logo depois foi construída esta sede. O STJ só era conhecido porque tinha um prédio enorme, um prédio caro construído por Niemayer. Mais uma grande obra cara superfaturada, entre outros, isso era o que saía na mídia.

Aos poucos nós fomos emplacando com decisões super importantes, e a sociedade e a imprensa descobriram o STJ aos poucos, com as decisões que eram tomadas aqui sobre privatização da Telebrás, telefonia celular, privatização da CSN, do Vale do Rio Doce e de outros símbolos nacionais à época que foram privatizados e essa privatização se deu com muitos problemas jurídicos e o STJ era o local de decisão. A imprensa descobriu o STJ mais ou menos nesse período, que o STJ era a última instância para resolver essas questões de grande importância, de caráter nacional e até internacional porque a privatização dessas empresas e desses setores da economia teve forte participação do capital estrangeiro e daí em diante a comunicação, internamente, se organizou melhor; ela se ampliou, a agência se estabeleceu, posteriormente veio o rádio e TV. Muito mais recentemente já se incorporaram aos dois veículos a TV e Rádio Justiça e aí, entre os erros e acertos, estamos trabalhando para ampliar esse conhecimento.

É um caminho difícil. Ainda hoje, em 2008, muitas pessoas confundem STJ com STF, mas creio que numa proporção menor. Mas acho que há muito a ser feito ainda, porque estamos num país de terceiro mundo, uma população em grande parte iletrada, sem acesso à escola, sem acesso à informação e, portanto, sem acesso ao STJ, sem saber o que significa esse STJ que está à disposição de toda população. Então muito tem que ser feito. Não sei se campanhas educativas em veículos que tenham uma penetração maior, em massa. Porque a TV ainda é restrita, ela é a cabo ou UHF e ainda tem uma programação muito especializada com a linguagem do Direito.

A linguagem jurídica é de difícil acesso e, ainda, é difícil de ser traduzida, talvez não tenhamos chegado a um consenso quanto à tradução do Direito. Tornar os textos mais ágeis, a linguagem mais acessível, os próprios jornalistas que trabalham no setor há muito tempo enfrentam muitas dificuldades de interpretar, de traduzir o direito. O Direito é muito amplo e erudito. E isso afasta muito porque a população não sabe o que significam os recursos, os termos jurídicos utilizados pelos ministros e juízes. Nem acho que algum dia o Judiciário será um poder com a mesma penetração do Legislativo e do Executivo. Eles são

poderes que têm uma linguagem mais próxima do cidadão, pela sua própria natureza. Um parlamentar fala numa linguagem popular, o presidente também, e os nossos juízes continuam falando para um público erudito. Então, realmente não creio que o Judiciário vá se tornar tão popular, mas pode ser mais conhecido, mais acessível, mas, popular não creio.

2. Relação do STJ com a mídia em busca dessa aproximação com o cidadão?

Hoje os jornalistas estão familiarizados com os temas. O Judiciário possui setoristas. Eles estão familiarizados com a maioria dos temas que têm apelo por ser de interesse do cidadão. Algumas questões não emplacam, a não ser em veículos especializados, e isso também é uma peculiaridade do Judiciário. A gente tem que saber que nem toda decisão vira manchete num jornal de grande circulação, mas ela pode circular, sim, num veículo especializado. Nos veículos de grande circulação, sabemos, exatamente, o que emplaca e o que não emplaca. Tem que ser algo de repercussão, de interesse geral ou de curiosidade, não difere dos outros poderes. O material que emplaca na grande imprensa tem uma característica própria e isso nós sabemos.

O negócio é transformar uma decisão judicial em que a tese é o importante e não o fato ou a pessoa em uma manchete. Às vezes conseguimos, mas em menor escala do que o Executivo, que libera verbas, que determina isso ou aquilo. E de fato é a execução da coisa, você vê o resultado. Na Justiça, o resultado da decisão judicial, ela não é concreta. O cidadão não vê o fato concreto de imediato. E isso dificulta um pouco, tira um pouco da atratividade da decisão judicial. Agora, de que o STJ é mais conhecido do que há 10 anos, não resta a menor dúvida. Mas precisamos melhorar e não apenas em termos de Comunicação Social. O STJ tem feito várias outras iniciativas, como, por exemplo, na área de Documentação, com os programas sócio-educativos. Eu acho que é errado você ver a Comunicação Social responsável por tudo. Não, ela tem que ser integrada com todo tribunal, pois tudo é comunicação. É uma jurisprudência bem feita, uma revista especializada bem feita, não necessariamente só os produtos de Comunicação. E o STJ tem se esforçado muito. Tem uma internet eficaz, um DJ eletrônico, uma pesquisa de jurisprudência muito aperfeiçoada, um acompanhamento processual muito acessível. Isso tudo é Comunicação, tudo traz transparência nos atos. Então, tudo isso é Comunicação e tem sido aperfeiçoado. As pessoas não estão isoladas, elas se atualizam, visitam outros órgãos, programam iniciativas de sucesso.

Layrce de Lima - Assessora de imprensa da Ajufe- Associação dos Juizes Federais

Primeiro eu gostaria de fazer uma comparação de como era cobrir o Poder Judiciário em 1992, quando comecei. Era muito complicado naquela época, são 16 anos que já passaram. Por que não havia essa cultura do relacionamento do magistrado com a mídia. Naquela época era muito comum você ouvir que o juiz só falava nos autos. Não se comunicava com a imprensa e com a população. Então era preciso falar com especialistas para que eles traduzissem aquelas decisões. E pouquíssimos jornalistas tinham esse domínio. A gente começou a sentir que aos poucos os ministros e juizes começaram a

confiar em nós. A partir do momento que eles liam as matérias e viam que estávamos começando a entender o processo. Aos poucos a gente começou a entender a estrutura do poder judiciário. Entender como conversar com os ministros do STJ e STF e traduzir para a população o que significavam aquelas decisões. Por exemplo: as das cadernetas de poupança, tributárias. Os planos econômicos foram muito questionados e chegaram às instâncias superiores e a gente precisava traduzir aquilo.

A gente tem que agradecer muito a alguns assessores de comunicação pioneiros que conseguiram convencer esses magistrados de que era preciso levar as informações à população para que as pessoas pudessem saber dos seus direitos. E a partir do momento que os ministros perceberam que a imprensa funcionava como uma prestação de contas à sociedade, de como o judiciário estava atuando a coisa foi crescendo. A partir de 2000 eu comecei a cobrir, também, o STJ. E no STJ ficou mais clara a importância da tradução das decisões pra população. Nessa época o STJ já tinha um staf qualificado e grande. Hoje, todos os tribunais têm uma Assessoria de Imprensa que exercem um papel de ponte e conseguem levar para a imprensa a informação já mastigada e traduzida.

Eu acho muito importante o trabalho que Assessoria de Imprensa do STJ realiza. Eles primam muito pela qualidade. A notícia só é liberada depois de ser oficial. Esse procedimento aperfeiçoa o trabalho e garante uma notícia correta ao cidadão. Parece ser cautela demais, mas não é. Porque uma decisão do STJ for interpretada errada pode balançar até mercados. Essas coisas têm que ser divulgadas com muito cuidado.

O que você acha que ainda precisa ser melhorado para que o cidadão conheça efetivamente o STJ?

Eu acho que a Assessoria de comunicação do STJ está trilhando um caminho muito definido de aproximação, já está aprimorando a própria televisão e a rádio. A partir do momento em que você divulga a notícia pronta, sai dessa questão releases, você está eliminando o erro e facilitando a linguagem e a interpretação, além de estar divulgando como é essa linguagem. A partir do momento que você passa para o jornalista a tradução dessa língua “juridiquês” ele traduz a para o público também. O juridiquês não é um bicho de sete cabeças ele pode ser compreendido assim como o economês foi na década de 80 e hoje em dia não é mais!

Larissa Medeiros Ferreira – 28 anos - terceirizada há um ano no STJ

“Eu acredito que sim. A mídia tem mostrando bastante as informações ligadas ao STJ com mais clareza, por meio da TV e Rádio Justiça. Mas, eu só passei a conhecer o STJ depois que comecei a trabalhar aqui. Então eu acredito que, ainda, tem muito a ser melhorado para que as informações cheguem de fato a população de uma forma mais acessível”.

Roberto Fernandes do Espírito Santo – terceirizado há um ano no STJ

Eu via o STJ como algo muito obscuro. Eu não sabia o que viria a ser. Parecia ser um órgão do governo muito fechado. Uma cúpula, não tinha idéia. Hoje, é uma instituição bem transparente. Mas, acho que teria que realizar mais visitas populares, não só de crianças e adolescente, como já existem, mas para o cidadão em geral. Para que quando tiver alguma votação importante, as pessoas venham acompanhar como acontece na Câmara.

Ana Carolina de Freitas Chaves Noronha

O povo tem medo. Acham que o STJ não é para o público, não é para o cidadão e por isso tem medo, por não saberem qual a função do STJ. O Tribunal precisa ser mais divulgado, as pessoas precisam ser conscientizadas sobre as verdadeiras atribuições dele.

**Ministro Paulo Costa Leite - ministro aposentado do STJ
Presidente de 2000 a 2002**

A grande verdade é que o Judiciário, ao longo de sua história, nunca teve uma grande relação com a mídia. E, quando eu assumi a presidência do STJ, percebi que, se quiséssemos aproximar o Tribunal da sociedade... Eu destaquei isso no meu discurso de posse, que o STJ precisava se aproximar do cidadão, porque ele presta um serviço público como qualquer outro e tem de prestar conta a quem paga os tributos, o destinatário da função jurisdicional por ele exercida. Então, era preciso aproximar da sociedade. E isso só seria possível pelo contato estreito com a mídia. Para isso, era necessário montar uma boa estrutura de comunicação social no Tribunal. E o nome do Tamanini já estava na minha cabeça há muito tempo, desde que passei pelo TSE. E eu vi o trabalho dele como Assessor de Imprensa no TSE. Eu queria o Tamanini como chefe da minha equipe de Comunicação Social por ele ser altamente competente e por ter uma relação muito boa com a imprensa de modo geral.

Isso tudo facilitou essa relação, e o STJ acabou sendo conhecido como Tribunal da Cidadania, que aí está hoje, respeitado e reverenciado com grande credibilidade. Porque a mídia ajudou a formar essa imagem do STJ. Se nós tivéssemos ficado com aquela velha história de que o juiz só fala nos autos, seria muito difícil o STJ ser conhecido pela sociedade. Porque as pessoas hoje sabem o quê e como ele faz. Eu acho que, se deixei alguma coisa durante a minha gestão, foi exatamente essa relação com a mídia, porque foi a minha ponte com o cidadão. A ponte se estabeleceu entre o STJ e o cidadão por meio da mídia.

2. Avaliação da relação do STJ com a mídia. O Tribunal deu continuidade ao trabalho?

Essa relação é uma grande obra coletiva. Nós apenas demos o pontapé inicial, ao mudar uma cultura que existia na época de não ter essa relação mais próxima com a imprensa. Tinha uma Assessoria de Imprensa, que era só para divulgar as decisões mais

importantes do Tribunal. Mas não tinha essa relação mais próxima que se passou a ter. A partir da minha gestão, isso só cresceu, hoje, mais do que ontem seguramente. O STJ está sempre nas folhas de jornais, nos noticiários de TV e de rádio.

E um aspecto muito importante que não podemos deixar de considerar é que a internet hoje desempenha um papel fantástico nisso tudo. Também não podemos perder de vista que, depois da nossa passagem, surgiram coisas novas: a TV, a Rádio Justiça, tudo isso facilitando ainda mais a comunicação com a sociedade. Eu acho isso uma coisa altamente positiva. A sociedade vê hoje o Judiciário com outros olhos. Ela sabe o que está acontecendo no Judiciário. Às vezes, ela pode até ver a crítica da mídia. Mas também isso é altamente positivo. O que não podia era ficarmos fechados numa torre de marfim.

3. A linguagem jurídica ainda é um ponto de distanciamento do STJ com o cidadão?

Eu acho que já melhorou de uma forma fantástica. Se olharmos para o passado, vamos verificar que o hermetismo era muito maior. O cidadão comum não entendia absolutamente nada de um voto ou decisão, quando na verdade ele é o destinatário daquela decisão. Por que não podemos escrever de uma forma que todas as pessoas com determinado nível cultural possam entender. Escrever simples é uma cortesia daquele que escreve. Eu acho que tem que escrever direto, sem palavras difíceis que obrigam as pessoas a ir ao dicionário. É certo que há alguns termos jurídicos que precisam ser empregados e esses não tem como traduzir, sair do juridiquês, digamos assim. Mas, no geral, os textos devem ser montados de forma que as pessoas leiam, porque senão é a mesma coisa que não ter acesso. As pessoas pegam um texto e não conseguem decifrar o que está ali, parecem receitas de médicas. Mas, na linguagem jurídica, podemos nos comunicar de uma forma simples e clara. E isso é muito importante dentro desse processo de abertura do Judiciário com a sociedade.

Ministro CÉSAR ASFOR ROCHA- Atual presidente do STJ

1. Como o STJ tem cumprido esse papel de Tribunal da cidadania?

Primeiro é o seguinte todos os nossos atos, sejam os administrativos ou jurisdicionais, são absolutamente publicidade e absoluta transparência levando ao conhecimento de todos tudo o que ocorre aqui. Por isso que a nossa convivência com a mídia é muito importante, nada temos a esconder a nossa determinação é de mostrar tudo o que ocorre aqui. Agora é muito importante o trabalho desempenhado pela mídia em levar ao cidadão comum a realidade dos nossos julgamentos, porque a linguagem do judiciário é uma linguagem muito técnica quase sempre não é entendida pelo cidadão comum e aos meios de comunicação têm a possibilidade de traduzir numa linguagem popular aquilo que é decidido no âmbito do tribunal em matéria jurisdicional. Na verdade a imprensa é uma grande aliada, mesmo quando são feitas críticas, nós recebemos isso como uma oportunidade de aprimorar as nossas condutas aqui. Evidentemente que algumas vezes não somos compreendidos porque estamos restritos ao que está previsto na lei e as decisões podem contrariar as expectativas populares, por não entender que os juízes estão presos à lei e causando alguns instantes desapontamentos.

Servidora e Assessora do STJ desde 1998 - Regina Célia do Amaral

1. Histórico da Comunicação do STJ

O STJ quando foi criado não tinha uma política de comunicação. O STJ só aparecia como um dos prédios públicos que foram investidos muitos milhões de reais, ou seja, aparecia na mídia para apanhar. Nós criamos uma assessoria de comunicação social que tinha uma assessoria de cerimonial, de relações internacionais e uma de imprensa. Mas, não existia pessoal. O assessor chefe na época, Armando Rollemberg, começou a procurar dentro do tribunal aos servidores que tivessem formação em comunicação social, montou a equipe e começou a intensificar a divulgação do STJ. A sociedade só conhecia o STJ por causa do gastou 170 milhões de reais na construção de seu prédio. Aquilo que ele foi criado, ou seja, para ser o tribunal da cidadania que iria garantir os direitos do cidadão, criado junto com a nova constituição.

Essa primeira equipe veio sem equipamento, sem noção de direito. Mas desceu para as seções pra começar a divulgar o que o STJ fazia, ou seja, perceber o que dentro das seções de julgamento rendiam matéria e começar a mostrar pra sociedade que o Tribunal existia pra garantir os direitos dos cidadãos. Isso foi em final de 1996 para 1997. Então, começou a divulgar, mesmo sem nenhuma noção. Pois a linguagem era difícil e estranha pra nós, além disso, quando íamos pedir a explicação do ministro eles respondiam que não queriam saber da imprensa, por causa da legislação da magistratura que os impede de falar dos julgados. Eles também tinham medo da imprensa, pois só apareciam na mídia para apanhar. Era uma relação muito complicada dos ministros com a imprensa. Não era uma caixa preta, simplesmente, não tinha divulgação. Os ministros não se comunicavam com a sociedade porque eles não sabiam como existe uma lei que impede e existia um medo, normal. E acho que muita gente tem. Vou falar com jornalista como será que vai sair no jornal?

Poucos meses depois foi desenvolvida a primeira versão do site do STJ. A internet mudou muito o perfil da comunicação institucional. No início as matérias eram postadas no final do dia. Depois teve a segunda versão que foi mais importante, porque, nós passamos a produzir mais e ficar exposto de forma mais dinâmica e foi evoluindo até chegar o tempo de matérias em tempo real. E conseguimos que alguns ministros se mostrassem e ver a importância de se divulgar as decisões. Então nós paramos de aparecer na imprensa, apenas como um Tribunal que tem uma sede absurdamente cara pra começar a se firmar como tribunal da cidadania. Em 1998, a gente se firmou nessa posição de Tribunal de Cidadania.

2. Marco diferencial

Com a internet e com o volume de matérias publicadas no site do STJ, a gente começou a ser mais divulgado positivamente pela mídia. Na verdade não houve um marco e sim degraus. O primeiro foi conseguir montar essa primeira equipe, esse embrião, mesmo com uma equipe inexperiente que funcionou como um escudo. Indo pra sessões com códigos debaixo do braço, e fazendo cursos aos poucos, pedindo ajuda aos outros setores. Esse foi o primeiro passo muito importante. O segundo foi à internet, porque deu visibilidade ao nosso trabalho levando àquelas decisões a população, que bem ou mal tem acesso a essa tecnologia. Com a internet começamos a ter outras preocupações como, por

exemplo, a de expor o cidadão. Nós passamos a produzir mais, porque como nós tínhamos uma página de notícias, nós começamos a funcionar como uma agência de notícias. Com o tempo a produção aumentou e passou a ser mais linear e diária.

3. Estratégias atuais de aproximação com a sociedade

Hoje nós temos uma preocupação com a linguagem porque a linguagem jurídica é muito específica. Eu brinco que na faculdade de comunicação a gente a prende a se comunicar com outros de uma forma clara. E na faculdade de Direito eles devem aprender uma linguagem para se comunicarem entre si. Então nós temos que fazer essa tradução, e ter o cuidado de ser correta. Nós estamos aperfeiçoando o trabalho. Fazemos pesquisa de satisfação com juristas, estudantes, cidadão comum, coisa que antes não existia. Não é só saber que o STJ existe é importante o cidadão saber que ele serve para garantir os direitos dele. O STJ é o guardião de toda legislação federal. E isso é interesse da sociedade e, portanto é nossa função fazer chegar essa informação ao cidadão. Nós temos as matérias no site, que é o nosso carro chefe. Jornal interno, Informe-se(mensal) e Jornal Mural(semanal), intranet com matérias internas.

4. Relação do STJ com a imprensa

Eu acho que ela está muito melhor. Antes a relação era de desconfiança. Nós tínhamos uma relação muito complicada com a imprensa. Alguns veículos eram melhores e com outros era pior. Hoje já não existe aquela relação de medo mútuo. Um olhava pro outro enxergando o lobo mau. Hoje nós podemos confiar nos setoristas e eles na gente. Isso ficou provado em situações bem pontuais, como por exemplo, na operação navalha, um caso de segredo de justiça, ou seja, não podíamos divulgar nada. E nós tivemos muito apoio do gabinete. Ou seja, da assessoria com o próprio tribunal e da assessoria com o colega jornalista. Nós trouxemos o jornalista pra dentro da redação e ele viu que nós não estávamos sonegando informação. E nós combinamos com ao gabinete que iríamos informar aos jornalistas quem estava depondo, a cada momento do julgamento. Então nós disponibilizamos equipamentos e as informações de que dispúnhamos. E as pessoas que quisessem falar com a imprensa. Nós conseguimos adequar um local adequado a essas entrevistas.

Não tem como fazer um bom trabalho de imprensa se você não tiver um bom relacionamento com ela. Quando você desenvolve um trabalho mais sério, o relacionamento com a mídia tende a melhorar, mesmo com erros, pois só erra quem trabalha. É claro que vai sempre aprimorar o seu trabalho para que os erros sejam minimizados, mas você sempre está sujeita a eles. Além disso, é preciso ter uma postura de respeito com o seu colega, com uma pessoa que depende da sua informação. Esse respeito envolve uma informação correta e também não furar o repórter. Você ficou sabendo da pauta por ele, portanto a matéria dele terá prioridade na divulgação da matéria, a não ser nos casos factuais e de grande repercussão como, por exemplo, o Cacciola.

5. Resultado da Pesquisa

O resultado da pesquisa mostra que as pessoas não conhecem o STJ. Mas, é uma questão muito relativa. O STJ não é um Tribunal onde você vai entrar direto com a ação. Mas, o número de processos que vem aumentando, anualmente, demonstra sim, que a sociedade confia. Então de alguma forma conhecem o STJ. Essa parcela que não conhece o STJ, também, não conhece o judiciário. Quem conhece o judiciário sabe da importância do STJ.

6. Sugestões

O STJ não tem uma verba para publicidade. E aqui eu falo de uma propaganda institucional. Além disso, acho que com o tempo os novos veículos como rádio, TV e internet irão alcançar mais a sociedade. Nós também já estamos melhorando a linguagem. Não adianta divulgar informações que ninguém entende. Alguns ministros já admitem esse problema e isso é uma vitória da área de comunicação. Eles já participam de encontros com jornalistas e voltam com outra cabeça. Muitas instituições fazem *mídia treinig*. Nós precisaríamos fazer a *mídia treinig*.

Os ministros hoje já entendem que é preciso falar com a imprensa para esclarecer a sociedade. Mas, isso precisa ser intensificado. Às vezes eles falam, mas de uma forma tão complicada que a entrevista não pode ser aproveitada integralmente. Principalmente no rádio que atinge as classes mais baixas da sociedade. Quem reclama da Voz do Brasil, são as pessoas da capital, no interior ou as populações ribeirinhas.

Então os ministros precisam fazer um treinamento para aprenderem a falar mais simples e nós precisamos intensificar o nosso trabalho de conscientização junto aos ministros. Por que nem todos dão entrevistas e o tribunal está sempre se renovando. Por exemplo, o ministro Franciulli Netto que já faleceu era um dos ministros mais cooperativos, apesar de já ter entrado no STJ com 63 anos. Então esse negócio de idade não tem haver com o pensamento do ministro em relação à imprensa. E por outro lado nós temos ministros novos que não temos acesso. Ou ministro nos manda a matéria pronta e temos que explicar com toda diplomacia que não podemos aproveitá-la. Somos responsáveis civil e penalmente pelo o que é divulgado no site do STJ.

Ministro Nilson Naves Presidente do STJ de 2002 a 2004

1. História

Sempre achei importante ter uma boa comunicação, isto é, que pudéssemos nos comunicar a fim de transmitir o que acontecia no Tribunal. A idéia primeira surgiu na vice-presidência. Quando assumi a presidência do Tribunal de 2002 a 2004 resolvi transformar essas minhas preocupações em realidade. Foi a i que surgiu o projeto de termos algo semelhante a uma televisão a um serviço de rádio. E isso se tornou realidade no STJ. Conseguimos implantar um sistema que foi aperfeiçoado e deu excelentes frutos. E hoje o

que temos aqui é um sistema amplo, que alcança tanto a televisão e o rádio e não deixa de alcançar a imprensa escrita.

É necessário que o povo saiba o que acontece das coisas boas que aqui acontecem. E nós queremos que a importância do poder judiciário seja reconhecida. Pois é o poder judiciário que garante o estado democrático de direito. Eu tenho dito que a função judiciária foi a que surgiu primeira e a mais importante dentro de uma democracia, sem nenhum desprezo as funções executivas e legislativas. O que passa pelo STJ é coisas de enorme relevância. Vejamos nós temos menos que 20 anos e já chegamos a um milhão de recursos especiais, um milhão de agravos, há mais de 100 mil habeas-corpus. Nem o STF em, toda a sua história que se inicia com a república, 1891, chegou a esse número de processos. Daí a importância do poder judiciário, porque se não significasse o povo não viria.

Mas, nós ainda padecemos do mal da demora, porque se nós recebemos tantas competências, e, portanto, tantos processos, o que nos faltam são os elementos para que possamos atender as expectativas de uma justiça rápida e segura. Um desses instrumentos são os juizados especiais. As causas têm uma solução mais rápida e tudo foi iniciativa do próprio poder judiciário. Precisamos que haja o poder legislativo nós dêem instrumentos e que o poder executivo possa atender aos nossos orçamentos.

2.Linguagem/hierarquia/cerimonial

Eu acho que o cerimonial é muito importante para nós aqui dentro. Mas, lá fora nós precisamos de fato de uma linguagem de melhor compreensão e eu acho que isso hoje está sendo atingido. Eu acho que a imprensa já está entendendo mais as coisas do judiciário e está colocando isso numa linguagem de alcance do povo. Os ministros buscam redigir os seus votos de maneira mais clara. Eu mesmo dificilmente emprego expressões latinas. Mas não se pode esquecer a importância do STJ dentro do poder judiciário, as suas decisões têm que sair com um bom fundamento, mas isso é traduzível. Eu inclusive aviso a Assessoria de Comunicação do STJ quando vou julgar algum caso importante.

Ministro do STJ, Gilson Dipp

Relacionamento do STJ com a mídia

O relacionamento do judiciário como um todo e o STJ incluído, com a imprensa é muito importante. O juiz não pode ficar longe do cidadão, eu sou daqueles que acham que o juiz sempre que possa esclarecer a opinião pública, ele deve fazê-lo sem meios termos. A aproximação do STJ é importante no sentido de divulgar as decisões que dizem respeito à comunidade brasileira, porque é o Tribunal que uniformiza toda jurisprudência que dá efetividade q toda lei e conseqüentemente não basta que a Comunicação social do STJ transmita aquilo o que é julgado, mas sempre que possível sim que o magistrado com o devido comedimento deve falar quando for demandado, desde que não impliquem em processos que estejam sob a sua jurisdição. O STJ tem buscado essa aproximação com a sociedade já de alguns anos, o STJ não seja o Tribunal que melhor se comunique com a mídia e com o próprio cidadão. A comunicação do STJ é muito ativa, as sessões são

acompanhadas diuturnamente pelos assessores de imprensa e os repórteres de fora sempre tem acesso aos ministros e a Comunicação Social do STJ.

Ministro do STJ, Benedito Gonçalves

A imprensa é o canal que a sociedade tem de conhecimento da vida das instituições. As instituições vivem em função da sociedade. Um dos exemplos é a TV Senado, TV Justiça, TV Câmara. A imprensa tem que ter acesso à informação e transmitir a sociedade como o como o seu dinheiro está sendo investido em seu benefício nas instituições.

Ministro do STJ, Humberto Martins

Eu vejo um relacionamento muito aberto entre o STJ e a imprensa. A imprensa é de um papel preponderante para a vida da sociedade. Divulgar dar conhecimento dos fatos a sociedade. E também o poder judiciário, através do STJ Justiça Aberta, o cidadão conhecendo tudo que o judiciário faz, a partir do servidor, ao seu próprio juiz, ao seu próprio ministro. Seria uma justiça transparente e ao alcance de todos. Porque justiça e a imprensa são irmãs do mesmo objetivo dar a sociedade transparência em relação aos fatos.

Marcelo Cordeiro - Assessor de Imprensa no STJ de 2002- 2004

1. Trabalho no STJ

Logo quando eu cheguei no STJ, já havia um trabalho muito bem feito para que a mídia conhecesse o Tribunal. A partir daquele trabalho o STJ ficou mais conhecido. Então quando eu assumi a Assessoria de Imprensa já existia um espaço grande nos jornais para receber o material do STJ. O que a gente tentou fazer a partir dali foi mostrar um pouco das dificuldades do STJ. E como funcionava em que o STJ atuava, realmente, porque às vezes você tinha na imprensa uma idéia de que o STJ estava mandando soltar um criminoso e na verdade havia um grau de jurisdição diferente. O Tribunal apenas verifica se a lei federal esta sendo bem aplicada. A gente tentava mostrar como funcionava a justiça de terceira instância e a partir daí as pessoas viam que não era bem assim. Mudou a forma que a mídia passou a ver os tribunais superiores, não só o STJ. Muitas vezes conseguíamos derrubar matérias erradas, antes de serem publicadas. Por que o problema é que toda matéria quando sai errada a primeira vez, essa é a versão que o público compra e a partir daí pra você dizer que não é bem assim fica mais difícil. Nós trabalhamos muito para fazer com que a imprensa checasse antes a informação e não colocasse qualquer coisa, e às vezes de forma leviana. Já tínhamos o auxílio de um trabalho anterior de que existiam coisas interessantes no Tribunal e que elas mereciam ir para as páginas do jornal.

A gente trabalhou também, internamente, para mostrar aos ministros que aquela história de “só falar nos autos” precisava mudar. Porque se o ministro não der nenhum tipo de informação o outro lado vai passar, ou seja, os advogados, as partes. E é isso prejudica a imagem do Tribunal, só vai uma versão do fato, pois os jornais sempre apresentam os dois lados. Tentamos fazer um trabalho e o resultado você pode observar pelo número de

ministros que, atualmente, dá entrevistas, logicamente, ele não pode adiantar voto, mas podem conversar sobre a posição do Tribunal ou a deles. Então nós focamos nessas duas coisas: mostrar a mídia como funcionava o Tribunal para não serem colocadas informações erradas e mostrar aos ministros que eles precisavam falar com a imprensa. Fora isso, nós trabalhamos na própria Assessoria de Imprensa. Foi implantado um projeto feito pelos servidores que alteravam o clipping, feito todo dia de manhã, para um clipping digital. Foi implantado, também, o estúdio de TV, de Rádio. E ampliamos o departamento de fotografia digital. A intenção era dotar o Tribunal de mecanismos para atuar junto à mídia e fazer o Tribunal ser mais conhecido.

2. Relação do STJ com a imprensa, atualmente

Eu acho, que a relação do STJ com a imprensa é muito boa. Você vê pelo número de repórteres que procuram a Secretaria de Comunicação e os ministros. Às vezes até se aventuram a analisar alguma coisa que vai ser feita. Eu já cheguei a ver matéria assim: “No julgamento o STJ deve pender para esse ou aquele lado por conta de outros julgamentos que foram feitos”. Isso demonstra que hoje tem um setorista mais conhecedor do STJ. E acontece com mais intensidade no STJ porque é quem julga quase todos os casos da lei federal. No Supremo são julgados, somente, questões constitucionais, e os outros são Tribunais especiais. Eu vejo que em 2002, quando eu assumi o STJ, a mídia conhecia muito menos o STJ do que conhece hoje.

3. Resultado da Pesquisa de opinião sobre STJ que revelou estar o Tribunal ainda distante do cidadão

Eu acho que não seria diferente o grande público ainda não conhece o STJ. Para o cidadão comum a pessoa perdeu a questão na primeira instância e o mérito será julgado na Segunda e depois na Terceira. Já a imprensa conhece melhor o trabalho feito nas três instâncias. Mas isso aí, não é uma coisa que você consiga mudar da noite para o dia. Não sei como essa pesquisa foi focada. Hoje em dia, o povo tem muito mais afinidade com a justiça do que tinha há um tempo atrás. Agora, eles também não conhecem medicina e uma série de outras coisas. As pessoas continuam tomando qualquer remédio pra gripe, ou se automedicando. As pessoas não conhecem porque não é a área deles. O grande público também não conhece como se processam as coisas dentro de um grande jornal. O público conhece o que vai ao ar e não o que é feito por trás. Isso é muito difícil ou teríamos que formar 180 milhões de advogados.

Irineu Tamanini – Assessor de Imprensa de 2000 a 2002

1. Trabalho no STJ

O trabalho realizado no STJ, durante a gestão do ministro Paulo Costa Leite, a quem considero um dos maiores presidentes da história do Tribunal. Ele foi realizado com o intuito de levar as decisões do Tribunal da Cidadania pra toda população. Esse era o grande objetivo e eu tenho impressão que ele foi atendido. Foi montada uma equipe de acordo com a orientação do ministro presidente, Costa Leite. E esse trabalho foi feito durante dois anos, com um único intuito, como disse, de levar a informação, às decisões, levar o tribunal da cidadania para a cidadania brasileira. Esse trabalho envolveu vários jornalistas. Jornalistas que foram convidados para trabalhar no Tribunal pelo ministro Costa Leite, jornalistas que já estavam no STJ concursados, enfim, funcionários e equipe de apoio. Tudo funcionou de uma maneira muito correta. De uma maneira muito ágil, por isso o resultado obtido ao final de 24 meses foi conhecido por todos, como um dos trabalhos mais importantes da história do Tribunal.

2. Conflito entre o judiciário e a imprensa.

Eu não encontrei nenhuma dificuldade, não só no STJ, onde eu tive o prazer de trabalhar na gestão do ministro Costa Leite, como também nunca encontrei dificuldades em outros Tribunais que já trabalhei: TSE com o ministro Resek, com o ministro Sepúlveda Pertence, Carlos Veloso, no próprio TST, com o ministro Francisco Fausto. Enfim, em todos os tribunais que trabalhei nunca encontrei dificuldades. Eu não vejo nenhum conflito entre o judiciário, juiz, magistrado, com a imprensa. Eu vejo uma assessoria de imprensa fraca quando não tem um assessor de imprensa oriundo do jornalismo. Não tenha trabalhado em jornais, rádios ou outros veículos. Então talvez esses assessores não conheçam as necessidades dos jornalistas. O magistrado na grande maioria ele tem interesse de mostrar para a população as ações. E ele com uma linguagem um pouco mais complicada ele precisa de um jornalista competente para transformar essa linguagem mais rebuscada em um texto jornalístico. Então eu nunca encontrei dificuldades, tanto pelo lado dos juízes quanto pelo lado dos jornalistas. O que precisa é ter uma Assessoria de Imprensa competente, disposta a mostrar o trabalho dos juízes ou magistrados do Tribunal à população. Por isso não vejo, nunca encontrei nenhum tipo de problema com juízes ou com jornalistas.

3. Resultado da pesquisa em 2006 de opinião que revelou ser o Tribunal desconhecido.

Olha o trabalho foi iniciado e houve uma seqüência, o que eu vejo é que vários Tribunais não só o STJ, mas você tem o Supremo Tribunal, TSE, TST, e os Tribunais de Justiça no país, e os outros tribunais. Uma decisão tomada pelo STJ, ela tem um peso, mas o que acontece, uma decisão do Supremo ela ocupa muito mais a mídia. Porque para o jornalista, ou para o editor de um jornal. Ele raciocina da seguinte forma: O STJ que é o segundo maior Tribunal de Justiça do país, ele tomou essa decisão é importante, mas ela pode ser reformada ou confirmada no Supremo. Então o jornalista acaba dando prioridade,

para uma decisão do Supremo Tribunal Federal por isso fica tão difícil o trabalho de comunicação do STJ. Esse peso forte que tem o Supremo, por ser a Corte Suprema do país, o Tribunal mais importante, e é aquela história tudo vai para o Supremo. Quando na verdade muitos problemas, muitos processos deveriam acabar no STJ, habeas-corpus, por exemplo: porque ele tem que ir para o Supremo? Na minha visão teria que acabar no STJ. Se isso acontecesse você teria muito mais espaço na mídia. O jornalista compreenderia mais facilmente uma decisão do STJ.

Além disso, o povão não lê jornal, lamentavelmente, não tem dinheiro pra comprar jornal. Ele confunde tudo, pra ele juiz, capa preta, do Supremo ou do STJ é tudo a mesma coisa. Ele não identifica as diferentes entre STJ, TJs, TRFs, TST ou qualquer outro Tribunal. Ele sabe da decisão: “Ah! O juiz decidiu isso ou aquilo. O homem da capa preta decidiu e se lê decidiu tá decidido”. As pessoas mais pobres morrem de medo do homem da capa preta. E como eu disse anteriormente, as decisões do Supremo são mais fáceis de serem divulgadas na sociedade.

4. Dica relação amigável entre STJ, mídia e cidadão?

Cada vez mais você precisa ter uma relação mais aberta e de confiança entre os juízes e jornalista. E pra isso, como eu já disse, você precisa de um Assessor de Imprensa que seja jornalista, tenha trabalhado, tenha sofrido o dia-a-dia nas redações. Se você tem um assessor de imprensa que nunca viu imprensa na vida. Não tem noção das dificuldades de um jornalista, e fique preocupado apenas em agradar o ministro, para poder se perpetuar no cargo. Isso não vai ser feito. Então esse trabalho do Assessor de Imprensa é fundamental. Ele é o veículo entre a imprensa e o juiz, ou a autoridade. Pulverizar nos noticiários impressos, de rádio, de TV e na internet. Quanto mais se falar e se mostrar uma decisão, com uma linguagem que as pessoas entendam. Então não adianta você produzir um material colocar no site, na rádio, ou na televisão, com uma linguagem que as pessoas não entendem. O papel do jornalista é decifrar essa decisão e colocar numa linguagem que a grande maioria entenda a decisão. Ele não pode fazer uma notícia para advogado. O advogado já sabe, já conhece, já estudou, sabe o que foi decidido. Um termo complexo dentro da linguagem jurídica o leigo não entende como sabe do futebol. Por isso o papel do Assessor de Imprensa e de toda a sua equipe é fundamental. E é isso que tem sido feito desde a gestão do ministro Paulo Costa Leite.

Agora tem outro detalhe que eu quero frisar. Eu vejo todos os jornais, com editoria de moda, automobilismo, política, enfim todo tipo de editoria, mas você não vê uma editoria de judiciário. E na minha visão é um erro. Por isso que você lê nos jornais uma manchete dizendo: “O juiz deu um parecer”. Então você veja que o jornalista não sabe que um juiz não dá um parecer, o juiz dá uma decisão. Isso acontece por não ter uma editoria de judiciário. Hoje cada vez mais, as grandes informações vêm do judiciário. Tanto que tem aumentado o interesse pelas decisões judiciais. Muitos jornais já têm o repórter setorisado, que tem o convívio o dia-a-dia com a notícia jurídica. Mas você não tem o editor, então a notícia chega à mão do editor que entende de moda, economia, política, mas não entende de uma decisão jurídica. Então é necessário que haja como existe no jornal do Commercio no Rio de Janeiro, um dos únicos que tem uma editoria de judiciário. Os jornais já deveriam ter implantando essa editoria e ocupar de uma forma mais correta o noticiário que é levado à população.

Viriato Santos Gaspar – Assessor de Imprensa de 1997 a 2000

1. História da Comunicação do STJ.

Eu costumo dizer que fiz parte dos tempos heróicos da Assessoria. De Mário Garofago e Jorge Martins. Eu fui lotado na Assessoria de Imprensa no dia 20/02/1984 e lá permaneci durante 17 anos contínuos. Naquela época havia quatro funcionários. O jornal era recortado e pregado numa folha e mandado para o presidente com as principais notícias do dia. Isso era o nosso clipping de então.

2. Relação com a imprensa nessa época.

Muito incipiente e precária. Pelo seguinte, nós fazíamos as matérias e depois ligávamos para todos os veículos. Os interessados vinham pegá-las na portaria do então TFR. Não havia, realmente, uma ligação. Não tínhamos conseguido nos transformar numa fonte diária de notícias. Isso só começou a partir do nosso querido Armando Rollemberg, que veio com o ministro Romildo e realmente dinamizou o serviço de Imprensa.

Com a mudança do STJ para a nova sede, em 1993, houve um grande escândalo em torno da obra. Que a obra era faraônica. O STJ só aparecia na mídia para ser criticado pelo valor e suntuosidade de seu prédio. Então a nossa função era mostrar a sociedade que o STJ era o grande interprete da lei federal e infraconstitucional, que tomava decisões que interferiam na vida diária do cidadão. Afinal tiveram outras obras e o Tribunal foi construído para perdurar por longos anos. É um Tribunal visitado por estudantes e outros turistas, por causa de sua beleza. Quando o ministro Américo Luiz assumiu a presidência e o ministro Pádua na vice-presidência ficou definido que o Tribunal iria escancarar as suas portas, para aproximar a sociedade. Mostrar que as decisões estavam diretamente ligadas ao cidadão. Como o caso de uma senhora que teve o carro furtado no Carrefour e o Tribunal decidiu ter havido erro na vigilância e que o supermercado teria obrigação de indenizar a cliente. Ou o caso, em que o Tribunal decidiu que a Aids teria que ser coberta por planos de saúde. Então esse é um Tribunal que a gente se orgulha de trabalhar nele. Eu acho que é um Tribunal que tem desempenhado nesses quase 20 anos, um trabalho fantástico em defesa dos direitos do cidadão.

3. Relação do STJ com a mídia hoje.

Eu acho que as sementes, o concreto que nós plantamos lá trás hoje virou uma grande arvore, um edifício vigoroso, porque hoje você tem uma página do STJ na internet que é acessado por milhões de pessoas por dia. É uma fonte contínua e diária. Então, eu acho que hoje se desmanchou aquela imagem ligada só aos gastos da obra. Hoje quando se pensa no STJ se pensa no Tribunal da Cidadania. O Tribunal onde são tomadas decisões que reflete na vida cotidiana das pessoas. Eu acho que hoje a Comunicação Social do STJ faz um trabalho magnífico. E eu tenho a impressão que hoje a imagem que as pessoas têm do Tribunal, seguramente está longe daquela de quando eu fui Assessor. Naquela época, batalhamos para fazer o primeiro encontro entre o STJ e grandes jornalistas, como Carlos Chagas, Boris Casoy, Alexandre Garcia. O encontro era para mostrar que o Tribunal não

mordia. Eu me lembro que o Boris Casoy chegou a dizer que o luxo e a ostentação no Tribunal eram tanta que as torneiras nos banheiros dos ministros eram de ouro. Durante esse encontro, eu fiz questão de levá-lo ao banheiro do presidente para mostrar que não existiam as tais pias de ouro. Era esse o conceito que as pessoas tinham do STJ. Era aquela caixa preta, onde ninguém sabia de nada, onde tudo era muito oculto. Não pode haver caixa preta num poder que emana diretamente do povo, como é o Judiciário junto com os demais poderes Executivo e Legislativo. O trabalho foi realizado para que fossem destruídos os mitos em torno do STJ. Coisas como: “cada ministro tem um elevador e uma copa”. A mídia só falava mal do Tribunal. E esse foi o trabalho que eu tenho consciência tranquila de ter realizado. Conseguimos mostrar a sociedade quem era de verdade o STJ, que a tal caixa preta nunca existiu.

4. Resultado negativo da pesquisa de opinião feita em 2006

Infelizmente, eu atribuo só a uma coisa. O nível cultural e intelectual do povo brasileiro é precaríssimo, pra não dizer inexistente. Eu tenho certeza que a classe média e a alta conhece o STJ. Mas para as classes mais baixas é muito difícil se interar dos fatos atuais. O acesso à informação é um direito básico, mas não é assim que acontece. As pessoas não sabem, por exemplo, o que é a camada de ozônio, um assunto que está diariamente na TV, revista, jornal e rádio. Enfim eu atribuo esse resultado a uma deficiência na formação do povo e não a uma falha no trabalho feito e no atual.

12.2. Pesquisa de Comunicação e Imagem do STJ

INSTITUTO NEXUS: INDICADORES DESENVOLVIDOS IMAGEM INSTITUCIONAL

PESQUISA QUALITATIVA NACIONAL AVALIAÇÃO DE IMAGEM INSTITUCIONAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL RELATÓRIO ANALÍTICO – PÚBLICOS ESTRATÉGICOS

Esse estudo é uma singela homenagem à memória do seu idealizador, o jornalista e escritor Dr. Luiz Adolfo Pinheiro, que vislumbrou a importância desta pesquisa para a consolidação da imagem do Superior Tribunal de Justiça, junto à sociedade brasileira.

APRESENTAÇÃO

Objetivos da pesquisa:

A pesquisa tem como objetivo oferecer subsídios à elaboração de um diagnóstico sobre a atual imagem do Superior Tribunal de Justiça junto a alguns públicos considerados estratégicos pelo Tribunal, sobre a eficácia de suas ações de comunicação social. Em outras palavras, radiografar a comunicação institucional do STJ para se estabelecer um novo fio condutor para a atividade, suporte vital para os objetivos maiores da instituição.

Através desse processo de pesquisa, busca-se compreender os interesses e atitudes desses segmentos com relação à atuação do STJ, abrangendo suas motivações enquanto receptores das mensagens enviadas pelo Tribunal, suas preferências, suas reações e seu comportamento receptivo, bem como necessidades de informação.

Com o intuito de avaliar a opinião de segmentos considerados estratégicos pelo Superior Tribunal de Justiça, de forma aprofundada, para embasar o diagnóstico sobre a atual imagem do Superior Tribunal de Justiça, optou-se por fazer uso de uma técnica de pesquisa qualitativa, **entrevistas individuais em profundidade**.

A pesquisa qualitativa é um método que faz uso dos referenciais da psicologia, psicanálise, antropologia e sociologia, dentre outras disciplinas, para avaliar as interações e as construções sociais dos conceitos e representações, bem como as motivações mais profundas que pautam os comportamentos, as atitudes e as opiniões dos cidadãos.

O principal objetivo das entrevistas é o de permitir uma avaliação mais aprofundada dos sentimentos, valores, interesses e preconceitos, muitas vezes subconscientes, dos indivíduos. Buscar desnudar as aparências, para compreender a essência dos discursos e

das imagens sociais.

Esse tipo de pesquisa não permite generalizações estatísticas das suas conclusões para o conjunto da população. Contudo, como os indivíduos que foram selecionados para serem entrevistados são formadores de opinião e elementos típicos, representando o seu segmento de atuação profissional, pode-se afirmar que são socialmente representativos. Essas pessoas internalizam um discurso que é socialmente construído e compartilhado com os membros de seus segmentos e grupos de referência e, no momento da entrevista, acabam por reproduzi-los.

QUANTIDADE DE ENTREVISTAS

Foram realizadas 80 entrevistas.

TÉCNICA DE PESQUISA

Entrevista Individual em Profundidade – entrevista com uma pessoa, previamente agendada, com perfil definido pelo cliente, conduzida por um entrevistador, com ampla experiência nesse tipo de técnica, que, a partir de um roteiro semi-estruturado (aprovado pelo cliente), questiona o entrevistado.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO

As entrevistas foram realizadas no período de 16 de fevereiro a 08 de março de 2006, simultaneamente em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O relatório final da pesquisa foi entregue no dia 22 de março de 2006.

OBSERVAÇÕES

O roteiro da pesquisa foi feito integralmente pela equipe do Instituto Nexus – Centro de Informação Estratégica e aprovado pelo STJ. A análise da pesquisa foi realizada pelo sociólogo, mestre em ciência política e diretor do Instituto Nexus, Sr. Rodrigo Mendes Ribeiro, sendo o relatório, suas inferências, observações e conclusões de sua inteira responsabilidade.

FORMAS DE INFORMAÇÃO

- Para se informar sobre o que acontece no Brasil, o público do STJ utiliza primeiramente os jornais impressos (com destaque para os jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil*).
- Em seguida, as mídias mais utilizadas são a televisão, sobretudo os telejornais, e a internet. As rádios de notícias, como a *CBN* e a *Bandnews*, também são muito ouvidas, sobretudo no trajeto da casa para o trabalho. Boa parte do público do Tribunal lê revistas semanais, com maior destaque para a revista *Veja*.

- Para se informar sobre notícias relacionadas ao Poder Judiciário, ou sobre informações necessárias para o dia-a-dia profissional, o grande veículo utilizado é a internet. Inclusive os sites dos tribunais superiores, como também os dos estados, são muito demandados, com destaque para as páginas do STJ e do STF na web. A grande vantagem da internet seria a agilidade e a praticidade do acesso.
- Ainda se informar sobre notícias relacionadas ao poder judiciário, o público faz uso de jornais, revistas especializadas (em especial aquelas dedicadas aos magistrados) e, sobretudo os advogados, os serviços *on-line* de informação de acompanhamento de movimentações processuais.
- Os jornalistas utilizam, além dos meios já mencionados, o contato direto com as fontes de informação, seja pessoalmente, seja através do telefone.
- Existe demanda por um informativo (leve e ágil) com resumo das informações sobre decisões, julgamentos (que ocorreram e vão ocorrer) e mudanças na legislação. Esse informativo deveria ser disponibilizado através da internet. Finalmente, para se informar sobre assuntos que não estão diretamente relacionados à atividade profissional, as pessoas fazem uso de jornais impressos, de TV e de revistas semanais (Veja e Istoé).

A IMAGEM DO PODER JUDICIÁRIO

- A imagem do poder Judiciário está fortemente associada à lentidão (na visão dos entrevistados, como consequência do acúmulo de processos, pelas muitas possibilidades de se utilizar os recursos de forma procrastinatória, pelo excesso de burocracia e pela falta de funcionários).
- O Poder Judiciário é percebido como distante da realidade da população, fechado, pouco acessível e pouco transparente.
- A pesquisa revela que as pessoas que não têm vínculo com o poder (empresários e algumas organizações da sociedade civil) conhecem muito pouco o Judiciário. Em regra, têm uma visão preconceituosa, marcada exatamente pelos traços da morosidade, do elitismo e do distanciamento. Para essas pessoas, o Judiciário é como se fosse um único corpo, e mesmo que se perceba de forma tosca alguma separação, a imagem do poder é coesa. Não existe distinção, portanto, entre o STJ e os demais tribunais.

ATRIBUTOS DEMANDADOS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

- Inicialmente foi solicitado aos entrevistados que avaliassem os seguintes tribunais:

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR – STM

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – TRF

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF

TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL – TJ*

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE

- Em cada estado, Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), São Paulo (TJSP), Rio de Janeiro (TJRJ) e Distrito Federal (TJDFT)

ATRIBUTOS DEMANDADOS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

- Na visão dos entrevistados, dentre os tribunais superiores brasileiros, o Superior Tribunal de Justiça é que tem a melhor imagem, sobretudo entre advogados e magistrados. É o Tribunal que trata das questões mais cotidianas. Na comparação com o STF, o STJ acaba destacando-se como um Tribunal juridicamente mais técnico, que produz decisões muito bem fundamentadas e exemplares.
- Em seguida, aparece o próprio Supremo Tribunal Federal. Para muitos é o Tribunal que está mais em evidência, mais na mídia. Contudo, há uma forte crítica ao caráter político das suas decisões. A atuação do atual presidente Nelson Jobim, que inclusive revelou pretensões político-eleitorais, reforça essa imagem. A forma de ingresso dos ministros, através de indicação do presidente da República, que afeta seriamente a imparcialidade dos ministros, atinge mais do STF (essa visão é muito forte entre os magistrados – para quem o conceito de imparcialidade é determinante na sua atuação profissional).

ATRIBUTOS DEMANDADOS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

- O Tribunal Superior do Trabalho – TST – também tem uma imagem muito positiva, uma vez que é percebido como o mais célere de todos os tribunais superiores.
- A Justiça Eleitoral – TSE – também desfruta de uma imagem positiva, pela sua eficiência, e por ter criado a urna eletrônica, que é exemplo para todo o mundo. Mas a maior parte do público não se relaciona com esse Tribunal.

PAPEL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Para a grande maioria dos entrevistados, a principal função do STJ é uniformizar a interpretação da legislação, ser a última instância no que se refere à legislação federal. Nesse sentido, as suas decisões devem servir de exemplo, de referência, de balizamento, de orientação para a segunda e primeira instâncias, apaziguando os conflitos de interpretação e competência que por ventura existam nessas esferas.
- Até mais do que o STF, há uma expectativa de que o STJ seja o grande produtor de jurisprudências. Mesmo porque, o STJ já é a principal fonte de pesquisa de jurisprudência para o público.
- Na prática dos magistrados, sobretudo dos juízes, fica muito evidente a expectativa de que as decisões do STJ possam servir de referência, de base dos argumentos para as suas sentenças.
- O STJ, quando percebido como a “última esperança de justiça”, deve ser o Tribunal que julga de forma mais isenta e imparcial, eventualmente corrigindo os erros das instâncias inferiores, garantindo, dessa forma, os direitos individuais, resolvendo os conflitos que não tiveram resposta nas outras esferas.
- Fica claro que os entrevistados acham que o STJ deve ter um papel ativo de coordenação, liderança das outras instâncias do Judiciário. E esse papel de orientação está diretamente ligado a sua capacidade de produzir uma interpretação unificada (coesa, coerente) da lei.
- Portanto, a mais séria e fundamentada crítica ao STJ ocorre quando se constata que existem decisões do Tribunal que não são únicas e coerentes, percebem-se divergências internas no Tribunal que geram decisões contraditórias e até antagônicas (ministro que derruba decisão de ministro, turmas que votam de forma diferente sobre uma mesma matéria).

O PAPEL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Observa-se que, quando se trata de direito e de leis, divergências de interpretação podem existir, e é até saudável que elas ocorram. Mas, espera-se que, depois dos debates, o Tribunal chegue a uma decisão única. A ambigüidade na jurisprudência gera incerteza e insegurança para os magistrados e advogados que atuam tanto na primeira, quanto na segunda instância, como também para os que atuam no próprio STJ. Garantir segurança jurídica ao país, essa deve ser a grande função a ser desempenhada pelo STJ.
- Existe também uma crítica ao excesso de formalismo e pompa do STJ. Essa avaliação desmembra-se em duas vertentes: uma primeira que acha que no Tribunal as formalidades do processo têm mais peso do que o seu mérito e outra que avalia que para se adentrar com um recurso no STJ há um excessivo grau de exigência formal, o que acaba por inibir a entrada de mais processos, causando, eventualmente, injustiças.
- Transparência e boa comunicação estão relacionadas porque havendo transparência, comunicam-se os fatos.
- A palavra fechamento se aplica a todos os tribunais superiores de um modo geral.
- Considera-se o Tribunal eficiente porque, proporcionalmente, julga mais casos do que qualquer outro. Apesar do volume de processos, consegue cumprir seu papel, pelo alto nível dos ministros e de seus assessores.

AValiação DO SLOGAN: STJ - O TRIBUNAL DA CIDADANIA

- Pode-se dizer que o atual slogan do STJ – o Tribunal da cidadania – é polêmico.
- Por um lado, existe uma maioria que avalia positivamente o slogan, considerando que ele é adequado uma vez que o Tribunal trata de questões do cotidiano dos cidadãos, uma vez que o STJ liga com questões do direito que afetam a vida do cidadão ordinário, comum. Mas essa avaliação não deixa de ser uma idéia abstrata, de pessoas que conhecem mais as funções do Tribunal e o espírito da sua criação, quando da Constituição de 1988.
- Contudo, quase todos revelam um sentimento de que esse slogan, mais que uma realidade, indica uma pretensão, um desejo, uma intenção do STJ. Em outros termos, considera-se que o STJ não é hoje o tribunal da cidadania, mas poderia vir a ser. Muito mais que slogan, trata-se de uma meta. Fica clara que essa vontade não é apenas do STJ, mas dos próprios entrevistados.

- Para tornar-se efetivamente o tribunal que promove a cidadania, o STJ deve se aproximar mais da população, abrir as suas portas para os mais simples, criar formas de dar mais transparência a suas atividades e aos seus resultados. O STJ só será o tribunal da cidadania quando estiver garantido acesso mais fácil à justiça aos cidadãos comuns, sobretudo aos mais pobres, principalmente na esfera superior. Um tribunal da cidadania deve conhecer a realidade dos problemas sociais da população, dialogar mais e, se o STJ é percebido como fechado e elitista, ainda está um pouco distante do ideal proposto no slogan.
- Por outro lado, o slogan soa como algo demagógico, marketeiro, algo que revela certa intenção política do Tribunal, uma frase de efeito. Quem avalia dessa forma acha que o STJ está distante dos cidadãos ou que só os ricos, a elite, têm acesso ao Tribunal ou, ainda, que Justiça mais próxima do cidadão é a primeira instância.
- Existem pessoas que avaliam que para que o Tribunal seja da cidadania, a justiça deve ser mais célere.
- E, ainda, existe um conceito bastante presente de que garantir cidadania é função de todos os tribunais, e não exclusividade do STJ.

AValiação da Imagem do STJ

- A imagem do STJ é muito positiva em todos os públicos pesquisados. Um tribunal de instância superior, a mais alta corte para assuntos infraconstitucionais, que vem desempenhando um papel cada vez mais importante e central, julgando processos fundamentais.
- Existe claramente uma identificação, um respeito, uma admiração (sobretudo de advogados e magistrados) para com o STJ. Por isso, ele deve servir de exemplo e de referência.
- Mesmo assim, alguns entrevistados acham que o STJ é uma instância inferior aos STF, sendo a penúltima instância. Essa percepção é reforçada pela possibilidade de se poder, em alguns casos, recorrer ao STF, de decisões do STJ; prática que alguns entrevistados repudiam, pois desmoraliza o STJ.
- Como os magistrados e advogados, que consideram o STJ uma corte mais técnica e menos política quando comparada ao STF, são os que melhor avaliam o Tribunal, existe uma vontade de que o STJ seja realmente a última instância no Judiciário brasileiro. O STJ, e não o STF, deveria ser, e para alguns já é, o tribunal mais importante do país. A imparcialidade e a independência percebidas no STJ são os seus principais atributos distintivos.

- Os ministros do STJ são muito bem avaliados e elogiados por sua capacidade técnica, dedicação e preparo na área jurídica. Destaca-se a independência da corte, capaz de produzir decisões de alta qualidade. Conseqüentemente, a jurisprudência e a base doutrinária engendrada no Tribunal servem de referência para o trabalho da maioria dos profissionais. As decisões percebidas como acertadas e bem fundamentadas são também outra marca do Tribunal.
- O público se divide quanto à eficiência do Tribunal: alguns avaliam o STJ lento e outros destacam a modernidade, a eficácia e a competência do Tribunal. Predomina, entretanto, a imagem de um Tribunal competente e ágil. A Justiça brasileira é morosa, o que prejudica o Tribunal, mas o STJ, mesmo assim, consegue ter uma agilidade acima da média. Mesmo com o grande volume de trabalho, o STJ vem conseguindo julgar de forma coerente, inúmeras questões consideradas importantes para a cidadania brasileira.
- Quase todos os entrevistados com formação jurídica sabem da quantidade enorme de processos que cabe ao STJ avaliar, pois reúne demandas de todo o país. Esse excessivo número de processos acaba por gerar lentidão e ineficiência. Alguns entrevistados acham, inclusive, que deveriam ser criados mecanismos para se diminuir o número de ações que cheguem ao STJ.
- Mas os entrevistados não chegam a culpar o STJ pela falta de celeridade. Reconhece-se que o grande vilão é a legislação relativa aos trâmites dos processos e a infinidade de medidas e recursos permitidos abarrotam os tribunais. O Poder Executivo teria também grande parcela de culpa na morosidade do Judiciário, uma vez que é réu na maioria dos processos e não teria interesse em agilizar os julgamentos. No público entrevistado existe uma clara unanimidade de que uma revisão na legislação processual realmente deve ser feita. A súmula vinculante também é vista como um avanço interessante.

SENTIMENTO ASSOCIADO AO STJ

- Alguns entrevistados percebem que nos últimos anos, em especial na gestão do presidente Edson Vidigal (que inclusive instituiu o horário de trabalho na parte da manhã), houve uma tentativa por parte do STJ de se aproximar mais da sociedade, de se abrir, de ser mais acessível e transparente, de divulgar suas ações, de estar mais presente na mídia. Percebe-se, também, uma modernização, uma melhora na qualidade dos serviços prestados pelo Tribunal.
- Ainda no aspecto negativo, existe uma imagem, mais forte entre os que não têm formação jurídica, de que o STJ é distante da sociedade, elitista e fechado.
- Os sentimentos associados ao STJ são majoritariamente positivos em todos os públicos pesquisados. Os mais comuns são: esperança (que ele seja um Tribunal capaz de apaziguar os conflitos sociais, isento e independente, acessível a

qualquer pessoa); orgulho, admiração, reconhecimento (pela qualificação dos ministros, pela qualidade das decisões, pela importância do Tribunal para a sociedade); confiança (STJ como guardião das normas jurídicas); respeito (pela forma com que vem modernizando a jurisprudência). Negativamente, destaca-se o conceito de lentidão (demora nos julgamentos devido ao excesso de trabalho).

AValiação DA ATUAÇÃO DO STJ

- A maioria dos entrevistados avalia bem a atuação do STJ, marcada pela agilidade e pela eficiência; na maior parte das vezes ele cumpre adequadamente as suas funções. Tanto magistrados como advogados avaliam que o Tribunal consegue distinguir-se dos demais tribunais, cumprindo adequadamente as suas funções. Mas a grande crítica continua sendo às decisões ambíguas, fruto de divergências internas.
- O Superior Tribunal de Justiça, para poder ser mais bem avaliado, precisaria ser mais célere. Pois a lentidão acaba por gerar sérias injustiças. E, como se percebe que a demanda sobre o STJ só tende a aumentar, medidas preventivas e corretivas devem ser tomadas. Uma proposta relativamente corrente, que se soma às necessárias alterações na legislação processual, é a do aumento do número de ministros do STJ.

AValiação DAS DECISÕES TOMADAS PELO STJ

- No que se refere às decisões tomadas pelo Tribunal, há uma tendência clara dos entrevistados de avaliá-las de forma positiva e respeitosa – pode-se até discordar, mas as decisões são coerentes, criteriosas e tecnicamente bem fundamentadas.
- A grande ameaça ao Tribunal é o contágio político. Já existe, mesmo que não majoritariamente, um grupo que avalia que algumas decisões da corte têm caráter político. Essa influência política deve ser evitada a todo custo, uma vez que a força maior do Tribunal reside em sua imagem de corte que toma decisões técnicas.

SUGESTÃO PARA O STJ MELHORAR SUA IMAGEM

JUNTO AO SEGMENTO DO ENTREVISTADO

- Balanço anual de atividades, análise de desempenho, com estatísticas.
- Assessoria de comunicação direta com os tribunais regionais. Uso de boletins, internet, televisão, rádio, telefone.

- Maior divulgação das decisões, sobretudo das que têm interface com o Legislativo.
- O STJ deveria estar mais presente no legislativo para orientar os projetos de lei, ajudar a emendá-los a fim de melhorar o padrão do processo legislativo para dar mais viabilidade à enxurrada de legislação que perturba o andamento jurídico nacional.
- Ampliar, como já vem sendo feito pela atual administração do STJ, a abertura para a integração e participação dos membros da Câmara dos Deputados através da Frente Parlamentar dos Advogados.

SUGESTÃO PARA O STJ MELHORAR SUA IMAGEM JUNTO AO SEGMENTO DO ENTREVISTADO

Citações de Parlamentares

Ser mais ousado, menos técnico e formalista.

Abrir as portas da instituição, criar canais de diálogo; aproximar-se do advogado.

Combater a imagem de um órgão político.

Esforço para dar mais unificação às decisões.

Estreitar laços com toda a justiça brasileira, profissionais da área, servidores, estudantes, sociedade civil em geral.

Facilitar o acesso de advogados às cópias de processos e aos ministros.

Criação de veículos para divulgar de forma adequada e ágil as informações; levar ao conhecimento do cidadão a instituição.

Uma campanha por maior celeridade, com aumento do número de ministros.

Citações/ Advogados

Realizar um processo de reflexão interna, coletiva.

Valorizar mais a justiça de 1º grau que está mais próxima do cidadão.

Maior uniformização e segurança jurídica.

Promover simpósios, conferências, congressos, seminários.

Citações/ Juízes

Canal com a imprensa através de uma assessoria técnica para divulgar informações de forma mais adequada.

Contato mais próximo através de e-mail, correspondências com decisões do STJ, modificações.

Citações/ Promotores

Assessoria de comunicação direta com os tribunais regionais. Uso de boletins, internet, televisão, rádio, telefone.

Citações/ Desembargador

Criar oportunidades de confraternização (bater papo, tomar um choppinho).

Aproximar-se do Ministério Público (a relação do STJ com o MP é muito distante).

Divulgar com amplitude a pauta das sessões.

Ter um relacionamento maior com os advogados para que estes não tenham receio de levar causas à instância superior, através de uma comunicação maior com os advogados (site, mala direta, e-mail).

Dar continuidade ao que está fazendo.

Citações /Procuradores

Intercâmbio com a assessoria de imprensa.

Melhorar a divulgação.

Disponibilizar mais informação sobre os processos, ter um balanço mensal do desempenho do STJ; transparência e criação de uma ouvidoria.

Ministros novos deveriam ter a iniciativa de se promover, através de um encontro, para que os jornalistas pudessem conhecê-los.

Não se preocupar com a imagem. Precisa se preocupar com os princípios de aplicação da justiça; ser mais rápido, tomar decisões corretas, ser imparcial, não ceder às pressões econômicas ou políticas e expor essas decisões de maneira clara, objetiva e inteligível para a população. Deve cumprir seu papel e ser coerente com o slogan de defesa da cidadania.

Citações/ Jornalistas

Disponibilizar mais estatísticas com o número de julgamentos.

Tomar cuidado com o que a imprensa veicula que pode denegrir a imagem da instituição.

Mais abertura, enviar mala direta para o professor que se cadastrar.

Qualificar os funcionários para melhorar o trato com os advogados, os professores e o cidadão de modo geral. Teria que haver punição para funcionário que tratar mal as partes. Os ministros tratam bem.

Citações/ Professores

Estreitar relações através de meios de comunicação.

Maior divulgação do STJ junto a associações e sindicatos.

Passar informações através de órgãos que congregam organizações da sociedade civil.

Integração do STJ com a sociedade e com organizações sociais como a ABONG e a CNBB.

Cumprir sua função constitucional e julgar com justiça e equidade.

Citações/ Organizações da Sociedade Civil

Melhorar a comunicação.

Fazer seu trabalho.

Alterar a imagem da Justiça e não do STJ.

Citações/ Empresários

Contratar mais juízes.

Divulgar mais o Tribunal para que as pessoas entendam a demora.

Ser mais ágil no fornecimento de respostas à sociedade.

Citações/ Estudantes

- Advogados e magistrados são os públicos que consideram que têm uma relação mais próxima com o STJ. Empresários, estudantes e diretores de Organizações da Sociedade Civil têm uma relação mais distante do STJ.
- O primeiro contato do público com formação jurídica com o STJ é através da faculdade de Direito. Inclusive uma visita guiada de estudantes ao STJ é muito bem avaliada e produz uma boa imagem do Tribunal. Os estudantes revelam interesse e curiosidade em relação ao Tribunal, mesmo que exista alguma imagem de distanciamento, algo um pouco longe da realidade do futuro profissional.
- O site do Tribunal, fonte de pesquisa sobre jurisprudência, também é um dos primeiros canais de contato com a instituição.
- Há, contudo, uma percepção de que a maioria da população desconhece o STJ.

EXPECTATIVA DE RELACIONAMENTO COM O STJ

- Magistrados de primeira instância sentem-se desprestigiados, desvalorizados e distantes dos tribunais superiores. Existe uma forte demanda por maior integração da base com o topo da pirâmide do Judiciário. Os membros do Ministério Público também se sentem distantes.
- A expectativa de relacionamento com o tribunal é bastante positiva – espera-se por um bom retorno, com agilidade, eficiência, presteza; bom atendimento, com acessos às informações e solução de dúvidas.
- Uma das reclamações consiste na dificuldade de acesso a alguns ministros, que não recebem ou agendam com advogados e não são abertos à imprensa.
- Conhecer alguém dentro do Tribunal, principalmente ministros, é visto como algo importante para agilizar o trâmite de um processo.

ASPECTOS DO RELACIONAMENTO QUE PODERIAM SER MELHORADOS

- Estreitar a relação com a sociedade de modo geral através de veículos de informação como jornais, revistas, sites, videoconferência de modo a escutar críticas, sugestões, ouvir outros pontos de vista. Aproximar-se mais dos cidadãos ao redor do Brasil.
- Criar um sistema eficiente para disponibilização de informações; disponibilizar informações no site; enviar mala direta ou um jornal informativo sobre acórdãos de maior relevância, informações de interesse dos Estados e de interesse nacional; criar mais publicações sobre decisões e temas polêmicos.
- Os ministros deveriam ter mais consciência de que são servidores públicos remunerados pela sociedade e de que precisam estar abertos a prestar contas das suas atividades e salários.
- Levar os seminários, palestras que são feitos através do Conselho da Justiça Federal para outras cidades do Brasil para se aproximar do Judiciário como um todo; organizar congressos e simpósios em estados do Brasil; debater mais o papel da magistratura hoje. Há uma demanda por descentralização, para se ampliar a presença do Tribunal nos estados e aproximá-lo das outras esferas do judiciário.
- Capacitar os funcionários; valorizar o funcionário para melhorar o trato com as pessoas, para ficar claro que não existe diferença constitucional entre um advogado e um ministro e que este tem obrigação de receber aquele; facilitar o acesso aos ministros.
- Melhorar a comunicação com a imprensa; promover encontros com os jornalistas, com assessores de imprensa e até com alguns servidores.
- Agilizar o trato com a burocracia para poupar tempo dos advogados; facilitar o acesso dos advogados aos processos, possibilitar cópia para ler em casa e avaliar se vai ou não pegar o processo, mesmo sem procuração; divulgar mais suas ações junto aos advogados.
- Maior celeridade.
- O STJ deveria ter um papel mais ativo como formador de opinião e ter maior repercussão nas instâncias inferiores para que os processos não tivessem que chegar ao STJ. Defender a súmula vinculante para diminuir o número de processos do STJ.

AValiação DA COMUNICAÇÃO DO STJ

- De uma forma geral, a comunicação do STJ é bem avaliada. Contudo, é muito concentrado no site, o que implica que o receptor deve ir buscar a informação na fonte.
- Existe uma impressão de que o STJ ainda é pouco divulgado (mais uma vez a comparação é com o STF). Deveria, na opinião dos entrevistados, haver uma presença maior do Tribunal na mídia, mostrando a população qual é a sua função, revelando os seus resultados e decisões. Nesse momento, a importância atribuída pelo público do Tribunal, não tem a mesma contrapartida em termos de visibilidade.

TIPO DE INFORMAÇÃO DO STJ IMPORTANTE

NO DIA A DIA DO ENTREVISTADO E FORMAS DE ACESSO A INFORMAÇÃO

- Todos os entrevistados revelam-se receptivos às informações oriundas do STJ. As decisões e os posicionamentos do Tribunal interessam a todos, com especial ênfase para os que atuam profissionalmente no Direito, que utilizam essas informações no seu cotidiano de trabalho.
- As informações mais importantes para o público são: decisões, súmulas, acórdão, votos, andamentos de processos, jurisprudência, assim como informações doutrinárias, produção de ministros, decisões administrativas.
- A maioria dos entrevistados obtém informações sobre as decisões e jurisprudência do STJ através do site. Em seguida, figuram os jornais impressos, as revistas e as conversas com colegas de trabalho.

SUGESTÃO DOS ENTREVISTADOS DE AÇÃO DE COMUNICAÇÃO MAIS EFICIENTE

- Existe uma forte demanda por um informativo semanal sobre as informações resumidas de decisões, jurisprudência, alterações na legislação, notícias, acórdãos, votos, pautas e sínteses de julgamentos. Seria interessante se esse informativo fosse segmentado em função do perfil do público. Esse boletim de informações deveria ser disponibilizado prioritariamente através da internet ou ser entregue através de correio (gabinetes de parlamentares, escritórios de advocacia, faculdades de Direito, Organizações da Sociedade Civil, veículos de imprensa).

- Há um desejo de conhecimento dos casos mais polêmicos e de repercussão nacional. As estatísticas do Tribunal (número de julgamentos/mês, volume de processos, tempo previsto para julgamentos) deveriam ser melhor divulgadas. Nenhum dos entrevistados tinha informação sobre alguma estatística do STJ.
- Existe, também, um forte interesse de recebimento de informação específico, filtrado (em função do perfil previamente indicado), a partir de cadastro feito no site. A maior parte dos entrevistados não conhece e não utiliza o “sistema push”.
- Como a maioria acha que o STJ é desconhecido da população, sugere-se que as informações sejam veiculadas através dos principais meios de comunicação de massa (deveria ser revelada as funções, as estatísticas, etc.)
- Deveria haver um espaço maior para o STJ na TV Justiça. Os julgamentos do Tribunal também deveriam ser transmitidos, e não somente do STF.
- A linguagem utilizada deveria ser mais simples e acessível ao público leigo.
- Realizar seminários, palestras, cursos em todo o Brasil.
- Os ministros deveriam participar mais da comunidade jurídica e acadêmica e utilizar uma linguagem mais simples.
- Ampliar a transparência, democratizar a informação, mudar a cultura e o hiato entre a sociedade e o Poder Judiciário. Ampliar o controle externo.

AVALIAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS PELO STJ - SITE

- O site do STJ é praticamente uma unanimidade entre o público do Tribunal. As referências são sempre muito positivas: encontra-se quase sempre as informações demandadas, não ocorrem problemas, considera-se as informações organizadas e fácil de acessar e trabalhar, avaliam positivamente o banco de dados.
- Mesmo assim, existem aspectos que podem ainda ser melhorados.

SUGESTÕES PARA MELHORAR O SITE DO STJ

- Separar as informações puramente institucionais (palestra de ministros, homenagens, viagens, posses, licitações) de informações sobre decisões para facilitar a pesquisa / Melhorar a seleção de notícias / Criar mecanismos para que o visitante escolhas as áreas e informações que lhe interessem.
- Simplificar o site, que está muito pesado e lento.

- Melhorar esteticamente, o site está muito poluído.
- Disponibilizar as decisões anteriores a 2000 e colocar em um formato fácil de acessar, tipo PDF / anteriores a 1998.
- Mais agilidade na divulgação das informações.
- Disponibilizar informação sobre os processos que vão à mesa na Internet na noite anterior.
- Disponibilizar idéias dos ministros, o pensamento do STJ.
- Incluir possibilidades de refinar a busca / facilitar a pesquisa de itens relacionados e processos antigos.
- Mais simplicidade e clareza para facilitar o acesso do cidadão comum / linguagem menos técnica.
- Melhorar o visual para facilitar o acesso e a pesquisa.
- Melhorar o banco de dados sobre jurisprudência e separar a sua pesquisa das demais para facilitar.

Citações/ Sugestões

Mais matérias sobre processos civis.

Disponibilizar a fundamentação jurídica das decisões.

Facilitar links com os estados.

Ter toda a estrutura dos gabinetes com os nomes e os telefones dos responsáveis.

Cadastrar as pessoas habilitadas a ter acesso aos processos via site.

Comunicação prévia de ausências.

Criar link para acervo da biblioteca.

Disponibilizar mais detalhes quando se tratar de processos polêmicos.

Dar orientações de como pesquisar legislação.

Colocar chamativos para os temas mais importantes.

Incluir opção de cadastramento para receber informações.

Facilitar o acesso aos julgamentos.

Informações sobre trabalhos sociais que desenvolve

Disponibilizar sinopse de julgamentos.

Separar os processos criminais dos cíveis.

AValiação DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

UTILIZADOS PELO STJ – TV JUSTIÇA

- A maior parte do público assiste à TV Justiça, com exceção de empresários e diretores de organizações da sociedade civil que não se relacionam diretamente com o judiciário. Mesmo assim, a audiência é esporádica.
- A relação com a TV Justiça não é, na maioria das vezes, profissional. As pessoas assistem a TV mais para se entreter do que para se informar. Existe uma relação mais descompromissada. A avaliação da TV é bastante boa, considerada esclarecedora e interessante.

SUGESTÕES PARA A TV JUSTIÇA

Mudar o horário torná-los mais compatíveis / Que as reprises das sessões do STF não fossem de madrugada, mas pela manhã ou à noite.

Melhorar a edição / Tornar o canal mais atraente/ágil.

Deveria ser canal aberto.

Mudar / simplificar a linguagem / linguagem muito técnica para a TV.

Unificar TV Justiça, Câmara e Senado.

Transmitir julgamentos do STJ.

Tematizar assuntos de interesse da sociedade de modo geral e não apenas temas jurídicos.

Tratar de questões atuais como os episódios em que fica evidente a violação de uma série de direitos (exemplo - invasão da Rocinha).

O canal deveria ser mais próximo dos outros que são mais assistidos.

Criar abertura para todos os tribunais participarem.

Deveria noticiar mais o andamento da reforma do judiciário.

Criar uma programação e veicular grade de programas, inclusive para se saber em que horário terá notícias sobre o STJ / A TV Justiça deveria ser mais divulgada, fazer propaganda, parcerias com outros canais, jornais estaduais para divulgação.

Aumentar a participação, o espaço do STJ - a TV Justiça transmite muito mais programas relacionados ao STF.

UTILIZADOS PELO STJ – RÁDIO JUSTIÇA E OUTROS MEIOS

- A maioria dos entrevistados não conhece e nunca escutou a Rádio Justiça – boa parte não sabia sequer da existência da mesma. A Rádio Justiça – FM 104.7 Mhz é totalmente desconhecida do público. Algumas pessoas sabem que existe um espaço dedicado à Justiça no programa “A voz do Brasil”, mas mesmo assim, poucos escutam regularmente.
- A maioria dos entrevistados não recebeu e-mail, mala direta ou entrou em contato com a assessoria de comunicação do STJ. Contudo, aquelas pessoas que buscaram a assessoria reportam que foram muito bem atendidas, com agilidade e nunca uma solicitação de informação ficou sem resposta.

SUGESTÕES PARA CRIAR UM CANAL DIRETO COM O SEGMENTO DO ENTREVISTADO

Ter uma assessoria parlamentar qualificada para estabelecer interlocução com o Parlamento.

Ampliar a comunicação entre o Judiciário e o Legislativo de modo que aquele contribuísse na elaboração de leis, na correção de interpretações da lei.

A comunicação do STJ devia estar sempre em contato com os parlamentares.

Criar um boletim mensal com informações sobre as decisões mais polêmicas, que implicam em necessidade de revisão da legislação.

Citações/ Parlamentares

Criar um canal direto com os advogados através dos TJ, utilizar vídeo-conferências.

Enviar malas diretas para todos os juízes federais cadastrados.

Receber informação através de sites e e-mails.

Enviar informações para a associação de juízes e esta repassaria aos juízes.

Abrir um canal de comunicação dos magistrados com o presidente do STJ no qual você pudesse enviar questões e ele responder.

Citações/ Juízes

Enviar e-mail, mala direta, exemplares de jornais, periódicos para a Procuradoria Geral da Justiça.

Assessoria de comunicação direta com os tribunais regionais. Uso de boletins, internet, televisão, rádio, telefone.

Reuniões entre os membros do tribunal e do Ministério Público.

Filtrar notícias e julgamentos de cada estado para enviar aos procuradores dos estados.

Comunicação pela internet.

Ter um relacionamento maior com os advogados para que estes não tenham receio de levar causas à instância superior através de uma comunicação maior com os advogados (site, mala direta, e-mail).

Citações / Procuradores

Receber informação através de internet, e-mail e telefonemas.

Promover encontros quinzenais ou mensais com os jornalistas para comentar estratégias de comunicação, o planejamento dos próximos meses.

O STJ deveria ser mais transparente, eficiente, respeitoso com a população; veicular informação correta, com rapidez, divulgar decisões no site com maior rapidez. O que ele precisa é cumprir bem o seu papel na sociedade brasileira.

Criar uma equipe para atender à imprensa nacional e outra para a imprensa estadual.

Citações / Jornalistas

Receber informações pela TV Justiça.

Através de revistas especializadas e e-mails.

Enviar informações aos advogados cadastrados de acordo com a área de interesse especificada por cada um.

E-MAILS diretos para os advogados com maior agilidade na divulgação das informações.

Receber informação através da internet / site.

Citações / Advogado

Receber informações através de e-mail, mala direta ou newsletter.

Promover seminários, palestras, para interfaces, troca de idéias para estudantes, professores e profissionais em geral.

Boletim mensal endereçado às universidades.

Permitir que professores de universidade federal possam retirar livros da biblioteca do STJ.

Colocar uma opção de cadastramento no site com nome, contato, instituição e área de interesse de modo que o STJ enviasse informações apenas relacionadas à área de interesse da pessoa e ao seu segmento.

Citações / Professor

Enviar informações para as faculdades de direito e elas repassarem aos alunos.

Melhorar o site.

Citações / Estudante

Repassar informações através de órgãos que congregam organizações da sociedade civil/ Através de contatos com associações e sindicatos e estes repassaria informações para os associados.

Abertura para criar um programa sobre Direitos Humanos, através de uma parceria, a OSC pode fornecer informações, documentos.

Relacionar-se através de audiências públicas. Receber informações através de e-mail.

Citações / Organizações da Sociedade Civil

Através de internet e mala direta.

Um veículo impresso com linguagem mais popular.

Através da ABAV que representa as empresas de turismo no Brasil.